



ELO



PORTE
PAGO

ANO VIII
N.º 103
MENSAL
JULHO
1982
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção
Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Director
J. EDUARDO L. CASCADA

Composto e impresso nas oficinas
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

EDITORIAL

A revisão constitucional, que está a decorrer, também diz respeito aos deficientes. Primeiro, como cidadãos, porque a todos os Portugueses diz respeito a lei fundamental. Depois, como deficientes, porque a Constituição, no seu articulado, se lhes refere directamente.

O art.º 71.º estabelece a igualdade de direitos entre os deficientes e os restantes cidadãos e proclama a obrigação do Estado em realizar uma política nacional de reabilitação.

Estas disposições constitucionais constituem, no nosso País, uma inovação em relação a constituições anteriores e os deficientes têm que se congratular com isso.

Esta uma conquista importante a preservar. Uma disposição a manter, por conseguinte, na Constituição revista.

Mas, para além disso, pensamos, mais poderia ser estabelecido no articulado da lei fundamental.

O art.º 71.º, na sua filosofia, pressupõe os deficientes como uma realidade estática, aguardando que o Estado realize uma política nacional de reabilitação. Este estatismo e este proteccionismo oficial não estão muito de acordo com o sentir dos deficientes nem com a actual filosofia da comunidade internacional, expressa no lema das Nações Unidas para o Ano Internacional do Deficiente — «Plena participação e igualdade».

Os representantes do povo (também dos deficientes, por conseguinte) estiveram certamente atentos ao AID e aos próprios anseios dos deficientes portugueses. Esperar, pois, que o lema do AID se reflectisse na nova redacção do art.º 71.º, seria absolutamente lógico. Contudo, admitindo-se uma menor atenção dos senhores deputados para os assuntos dos deficientes, acresce o facto de que a ADFA enviou, em devido tempo, à Presidência da Assembleia da República, a todos os Grupos Parlamentares e à Comissão de Revisão Constitucional, uma proposta de alteração (aprovada no 2.º Congresso Nacional da Associação) que se enquadra naquela filosofia.

Não nos parece agora lógico, depois disso, que tal assunto nem sequer tenha sido debatido durante os trabalhos. Os deputados passaram pelo art.º 71.º sem qualquer discussão.

O que a ADFA propõe é muito simples: apenas que se introduzisse mais um ponto neste artigo a reconhecer a importância do associativismo de deficientes, obrigando-se o Estado a incentivá-lo e apoiá-lo e a definir, por outro lado, que os deficientes deverão, através das suas organizações representativas, participar, como elementos de pleno direito, nos órgãos de planificação e coordenação da

(Continua na 7.ª pág.)

LEGISLAÇÃO

- CONSELHO DA REVOLUÇÃO DEVERÁ APROVAR ADM'S ANTES DA SUA EXTINÇÃO
- REUNIÃO NO MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, DIA 28 DE JULHO

Que o Conselho da Revolução aprovará a integração dos deficientes nas ADM para efeito de assistência médica e medicamentosa, de que dantes se beneficiava através dos SSFA, é uma esperança que mantemos e uma convicção que temos, porque não podemos admitir o contrário.

Através do Conselheiro da Revolução com Vítor Crespo, com quem, para este efeito, continuamos a manter contactos, sabemos que estão a ser feitas diligências junto dos três ramos das Forças Armadas, especialmente do Exército, para que esta medida legislativa possa ser adoptada. O comte Vítor Crespo, em quem o Conselho da Revolução delegou para este as-

sunto, tem-se desdobrado em diligências, procurando ultrapassar várias dificuldades a nível de departamentos militares para que as pretensões da ADFA possam ser satisfeitas.

Esperamos, assim, que, nos poucos dias que restam ao Conselho da Revolução, este órgão cometa consigo próprio a justiça de fazer o mínimo que agora se pede pelos deficientes das Forças Armadas no campo legislativo.

Quanto à criação do órgão que substitua a CMRA no EMGFA, sabemos que o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Melo Egídio, ainda não dispõe da conclusão dos estudos que estavam a ser feitos, a

fim de receber a Direcção da ADFA.

Se as dificuldades de resolução do problema das ADM persistir, a ADFA terá que fazer um último apelo a todos os conselheiros da Revolução para que assumam as suas responsabilidades perante os deficientes das Forças Armadas. Foi já quase um apelo dramático o que fizemos ao Conselheiro da Revolução ten-cr. Vítor Alves, quando, no dia 22 de Julho, passou pela sede da ADFA, onde presidiu à inauguração de uma exposição fotográfica das Nações Unidas sobre a agressão contra a República Popular de Angola. Também o ten-cor. Vítor Alves revelou estar atento às nossas pretensões, esperando-se que is-

so venha a reflectir-se numa deliberação do Conselho da Revolução.

Relativamente ao Ministério da Defesa Nacional, val realizar-se em reunião com o chefe do Gabinete no dia 28 de Julho na qual será dado conhecimento à Direcção da ADFA dos trabalhos realizados até este momento sobre a legislação.

Independentemente dos resultados desta reunião, a ADFA continuará a exigir ser recebida pelo próprio Ministro da Defesa, já que há questões que devem ser definitivamente esclarecidas, sem o que a paciência dos deficientes das Forças Armadas, como já várias vezes referido, se esgotará muito rapidamente.

CCNOD TENTA DIVIDIR A ADFA

A CCNOD, comissão representativa de algumas Associações de deficientes civis, tornou público, no passado dia 23 de Julho, através de alguns jornais, um comunicado em que, a propósito da nossa não participação na concentração de deficientes junto à Assembleia da República em 25 de Junho, interfere de forma inaceitável nos assuntos internos da ADFA.

Conforme veio publicado no último número do «Elo», os órgãos sociais da Zona Centro da ADFA, contrariamente à posição dos órgãos centrais, decidiram apolar a referida concentração e a CCNOD. Esta atitude dos órgãos da Zona Centro constitui mais um problema que vem agravar as já tão difíceis relações de trabalho com aqueles órgãos regionais (ver páginas centrais).

É exactamente isso que, de uma forma concertada, é apro-

veitado pela CCNOD que, como órgão estranho à ADFA, vem reduzir a margem de entendimento que no plano associativo e de camaradagem poderia ainda existir entre os órgãos centrais e os elementos eleitos para os órgãos da Zona Centro. Desta forma, acaba por ser dada ao problema dimensão exclusivamente política e partidária que a todo o custo se pretendia ainda evitar.

A CCNOD na sua posição pública, elege-se a si própria e à Direcção da Zona Centro da ADFA como reais intérpretes dos interesses dos deficientes das Forças Armadas, afirmando: «A Direcção da Zona Centro, reconhecendo que o CCNOD representa realmente um movimento que defende os justos interesses dos deficientes, apoiou energicamente aquela concentração e a própria CCNOD». Mais adian-

te acrescenta: «Acreditamos pois que a Direcção da Zona Centro, ao contrariar as duvidosas intenções da Direcção Central, demonstrou que uma grande parte dos deficientes da ADFA não seguem as posições erradas oriundas da sua Sede». Noutra passagem faz a seguinte apreciação da ADFA: «Ficamos a saber que a sua Direcção Central, defendendo não se sabe quê, está perfeitamente sintonizada com aqueles que, para se defenderem das organizações populares, utilizam o velho slogan do «partidarismo».

Esta posição da CCNOD

constitui a gota de água que fez transbordar o copo há muito cheio.

Os órgãos sociais centrais da ADFA entenderam que, a partir de agora, pondo de parte os eufemismos, as coisas devem começar a ser tratadas pelos seus verdadeiros nomes a bem dos deficientes e da correcta informação que sobre o associativismo destas deve ser dada. Foi por isso que foi enviado aos órgãos de informação e a todas as Associações de deficientes o comunicado que a seguir se transcreve na íntegra, do qual ir-

(Continua na 7.ª pág.)

**AQUISIÇÃO DE VIATURA
PRÓPRIA PARA DEFICIENTES:
ADFA RECEBIDA PELO
SECRETÁRIO DE ESTADO
DO ORÇAMENTO**

PÁGINA 5

- DEFICIENTES ISENTOS DO IMPOSTO DE GASÓLEO (Pág. 12)
- ADMISSÃO DA ADFA NA FEDERAÇÃO MUNDIAL DE ANTIGOS COMBATENTES (Pág. 2)
- TEMPO DE REPENSAR INTERNAMENTE A ADFA (Pág. 6)
- ADFA SOLIDÁRIA COM CONSELHO DA REVOLUÇÃO (Pág. 7)
- PROSSEGUE OFENSIVA DE INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL (Pág. 12)
- PLANO NACIONAL DE ACÇÃO DEPOIS DO AID (Pág. 8)

PEDIDO DE ADMISSÃO DA ADFA NA FEDERAÇÃO MUNDIAL DOS ANTIGOS COMBATENTES VAI SER APRECIADO EM 23 DE OUTUBRO EM NICE

Na sequência da deliberação da Assembleia Geral Nacional de 3 de Abril, a ADFA formulou o seu pedido de admissão na Federação Mundial dos Antigos Combatentes (FMAC).

Depois de completo o dossier relativo ao pedido de admissão da ADFA, o mesmo irá ser apreciado na reunião do Conselho Geral daquela organização que se realizará no dia 23 de Outubro próximo em Nice.

Dado que a apreciação dos pedidos de admissão constitui o primeiro ponto da ordem de trabalhos, se a ADFA for aceite como membro daquela organização, o representante da Associação no Conselho Geral poderá já participar nos restantes trabalhos da reunião daquele órgão.

Princípios orientadores da FMAC

Para além dos estatutos, publicados já oportunamente no «Elo», a Federação Mundial dos Antigos Combatentes vem pautando a sua actuação ultimamente por dois importantes documentos enunciadores de um conjunto de princípios de orientação. Trata-se das deliberações da 16.ª Assembleia Geral realizada em Florença de 13 a 16 de Outubro de 1979 e das decisões do Conselho Geral na reunião realizada em Munique de 25 a 27 de Novembro de 1980.

No processo de filiação de um novo membro na FMAC torna-se necessário saber se a organização candidata está ou não de acordo com os princípios orientadores constantes desses dois documentos. A ADFA pronunciou-se já, comunicando que está de acordo com todos esses princípios.

Depois de conhecidos os estatutos, interessará agora conhecer as linhas de orientação da FMAC mais recentes, pelo que vamos aqui reproduzir alguns desses princípios, fazendo desde já referência a algumas das deliberações da 16.ª Assembleia Geral que nos parecem mais significativas.

Readaptação e reclassificação

«Consciente da importância que representam para os deficientes de guerra o aperfeiçoamento na concepção, fabrico e adaptação de membros artificiais e outros aparelhos, bem como a criação, no seio da comunidade, de possibilidades que lhes permitam tornarem-se membros úteis e activos da sociedade;

Felicita-se a Direcção Executiva e mais particularmente a Associação de deficientes de guerra americanos pelo patrocínio dado ao 3.º Congresso Internacional sobre deficientes com próteses a realizar em Honston, Texas, de 10 a 15 de Abril de 1980;

Congratula-se com o lema escolhido para este Congresso: «A qualidade da vida do deficiente no seio da comunidade, hoje e amanhã;

Pede-se instantaneamente às Associações membros, no interesse dos seus associados deficientes de guerra, para que daí possam retirar o máximo de proveito, que participem no 3.º Congresso Internacional e que encorajem a participação e o apoio de outros técnicos dos seus países.»

Próteses e ortóteses

«Consciente da importância que representam para os seus utentes o fabrico, concepção e adaptação de próteses e ortóteses modernas;

Pede-se instantaneamente à Direcção Executiva que adopte, em cooperação com a Sociedade Internacional de Prótese e Ortóteses (ISPO), métodos mais eficazes na troca internacional de ideias no que respeita a colocação destes serviços à disposição dos deficientes de guerra.

Solicita-se a todos os governos que isentem de direitos alfandegários, taxas adicionais e todos os outros emolumentos locais e nacionais, os membros artificiais e outros aparelhos, a fim de que o seu preço de aquisição seja o mais baixo possível;

Felicita-se a Direcção Executiva pelo trabalho

realizado neste domínio, bem como pelos resultados obtidos até esta data;

Pede-se instantaneamente à Direcção Executiva que prossiga os seus esforços neste campo e que aconselhe as associações membros acerca da forma de ultrapassar, nos seus próprios países, os problemas desta natureza».

Cuidados geriátricos com os antigos combatentes idosos

«Considerando o envelhecimento e o aumento da esperança de vida dos antigos combatentes, quer tenham ou não deficiências relacionadas com o serviço;

Pede-se aos governos que desenvolvam, em cooperação com as associações de antigos combatentes, urgentemente e com prioridade, os métodos modernos de cuidados geriátricos nos seus países, a fim de permitir vencer os problemas da solidão e da ausência de assistência;

Pede-se instantaneamente à Direcção Executiva que preste todo o apoio e encorajamento possíveis às associações membros para a prestação desse tipo de cuidados».

Barreiras arquitectónicas

«Considerando os estudos e os esforços já realizados por alguns países no sentido de facultar aos grandes deficientes uma vida plenamente vivida e útil;

Exprimindo a preocupação por os grandes

deficientes serem, em muitos casos, impossibilitados de participar plenamente na sociedade, apenas devido aos problemas arquitecturais e estruturais nos edifícios e nos transportes;

Pede-se instantaneamente a todas as associações membros que estudem os problemas de acesso nos seus respectivos países, determinem o grau dessa acessibilidade, apresentem estes problemas aos seus respectivos governos e que cooperem com a INTER ACCENT nos seus esforços a fim de se conseguir uma maior difusão de informações e experiências neste domínio;

Pede-se instantaneamente à Direcção Executiva que dê todo o apoio no desenvolvimento de programas tendentes a vencer as dificuldades de acesso».

Assistência médica e prevenção do agravamento das deficiências

«Considerando o aumento da esperança de vida dos deficientes de guerra e dos problemas criados pelo envelhecimento no caso dos grandes deficientes;

Recomenda-se às associações membros que se empenhem na defesa da realização de exames médicos regulares e sistemáticos de carácter facultativo dos deficientes de guerra nos seus respectivos países, a fim de detectar o agravamento das mazelas e deficiências que determinaram a pensão e que lhes sejam facultados todos os tratamentos médicos necessários a fim de

(Continua na 3.ª pág.)

SÓCIO DE ERMESINDE VITIMADO POR ACIDENTE DE TRABALHO

Vítima de um acidente de trabalho, faleceu no passado dia 12 de Julho o sócio n.º 5840 JOAQUIM DA COSTA CAIA, residente na Rua 1.º de Maio, S. Paio, Ermesinde.

Com 60% de incapacidade, devido a sequelas da doença pulmonar, adquirida em serviço, deixou esposa e 4 filhos menores que ficaram fora de qualquer protecção social, em virtude das disposições legais em vigor não contemplarem estas situações.

CAMPEÃO MUNDIAL EM 1980

XADREZISTA RENATO PEREIRA

FOI CONDECORADO

PELO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS DESPORTOS

O xadrezista Renato Pereira, que em 1980 ficou em primeiro lugar no Campeonato do Mundo de Xadrez organizado pela Federação Internacional de Xadrez Silencioso, foi condecorado no passado dia 23 de Março, nas instalações de Sede da Associação Portuguesa de

SOBRE A ABOLIÇÃO DAS BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS

REALIZADA REUNIÃO

NA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ARQUITECTOS

A suspensão pelo Governo de aplicação das disposições contidas no Decreto-Lei n.º 43/82 de 8 de Fevereiro levou a ADFA a promover um conjunto de diligências com a finalidade de sensibilizar todos quantos se encontram ligados à problemática da abolição das Barreiras Arquitectónicas para a urgente e imperiosa necessidade de criação das condições de acesso e mobilidade dos Deficientes.

Foi dentro deste âmbito que a Delegação do Porto solicitou à Associação Portuguesa de Arquitectos, secção do Nor-

te, uma reunião para análise e estudo de medidas que vissem satisfazer os interesses dos Deficientes.

Assim, no passado dia 6 de Julho, pelas 21h30, teve lugar, na sede daquela Associação, uma reunião de trabalho, tendo estado presentes uma representação da ADFA, a Direcção do Norte da APA e inúmeros arquitectos.

Logo no início da reunião foi salientado que a forma como foram introduzidas as alterações ao RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas), sem consulta prévia da Associação Portuguesa de Arquitectos, merecera críticas, uma vez que o Decreto-Lei n.º 43/82 apenas se destina a solucionar os problemas dos Deficientes motores, sem o fazer da melhor forma, não tendo sido acompanhado de medidas sensibilizadoras que criassem incentivos à sua aplicação, nem tinha tomado em linha de conta a revisão que, neste momento, está em curso do Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

Entende aquela Associação que a publicação do Decreto-Lei 43/82, sem se fazer acompanhar de medidas tendentes a sensibilizar todos quantos se encontram ligados à construção civil, havia sido mal recebida porque as alterações

vieram encarecer os custos de habitação. Além disso, não se tomara em linha de conta no enunciado do referido Decreto que tais alterações deveriam ser aplicadas em todos os sectores de construção.

A ADFA, nesta reunião, defendeu que deveria urgentemente adoptar-se uma política de habitabilidade que torne possível a vivência feliz de todos os cidadãos, a qual passa, necessariamente, pela eliminação dos obstáculos que em toda a parte obstam à livre circulação dos Deficientes.

Estando a Associação Portuguesa de Arquitectos empenhada no grupo de trabalhos que procede à revisão do RGEU, ficou salientado, como conclusão final, que a mesma fará todos os esforços ao seu alcance no sentido de que tal revisão contemple os anseios dos Deficientes.

LÉ ASSINA DIVULGA

ASSISTENTES SOCIAIS ESTAGIARAM NA ADFA

A poeira deste velho palácio, onde se encontram os veteranos da guerra colonial, mexeu com a aragem frígida causada pela passagem de 4 estudantes do Instituto Superior de Serviço Social (ISSS) que aqui estagiaram durante um mês e meio. Eles entraram cá adentro, fazendo perguntas, as mais variadas, pondo em causa, querendo-o ou não, todo o trabalho que nesta Associação se tem ou não tem feito no campo da assistência social aos nossos sócios.

Este estágio do 2.º ano do ISSS destinava-se a estudar a «Organização de Instituições».

Como a encerrar este trabalho, houve um colóquio no dito Instituto que teve como interlocutor principal a ADFA.

Integrado no programa oficial do Instituto Superior do Serviço Social, estagiaram na ADFA alunos deste Instituto. Foram eles: Alexandra Rosa, Ana Isabel Entrudo, Carlos Henriques e Trindade Semedo.

Estes 4 elementos estavam por sua vez integrados num subgrupo mais amplo de 15 alunos do curso nocturno,

orientada pela assistência social Hironidina Chitas.

Este curso é de 4 anos e tem 3 estágios: o que aqui foi realizado é o primeiro do curso, destinado a alunos do 2.º ano e visa estudar a «Organização de Instituições»; no 3.º ano há um segundo estágio com a duração de três meses e meio e tem como objectivo o diagnóstico e planeamento

de uma possível intervenção de uma «situação problema»; a terminar o curso, há um estágio pré-profissional com duração de oito meses que inclui, diagnóstico-planeamento-intervenção-avaliação de resultados.

Os alunos podem escolher, conforme a sua vocação, vários sectores: urbanismo, segurança social, educação, saúde, etc.

O trabalho feito pelos estagiários na ADFA permitiu-lhes fazerem uma análise da organização da nossa Associação para o que consultaram os mais variados arquivos e documentos, bem como no contacto estreito com os nossos sócios, no que puderam aperceber-se mais concretamente da nossa realidade. Realidade essa que não teve o âmbito que poderia ter tido, em virtude de se ter restringido a Lisboa.

No dia 2 de Julho, realizou-se um colóquio no ISSS, organizado por este subgrupo e que teve a participação de cerca de 40 pessoas entre alunos e professores. Teve como principal interlocutor a ADFA, representada para o efeito por três elementos dos corpos gerentes: Lavouras, Zé Arruda, e Almeida Santos. Contou ainda com a participação de Carlos Araya, exilado político em Portugal e presidente da Associação Nacional de Cegos Chilena.

Começou por intervir Lavouras Lopes, focando a preocupação constante da ADFA e na sensibilização da população para estes problemas. A oportunidade desta iniciativa e a necessidade da sua multiplicação é, segundo disse, uma necessidade sensível. Continuou, abordando aspectos relativos à formação da ADFA e ao movimento já existente antes do 25 de Abril assim como «as dificuldades que temos sentido por parte de todos os governos». Os problemas sociais, a legislação, a recuperação profissional assim como a procura e oferta de emprego, teriam sido algumas das preocupações da ADFA. O problema da esmola e a humilhação que isso representa para quem a recebe é uma questão

de princípio para nós, segundo afirmou. Foi ainda analisado e exposto o problema do associativismo e este foi o ponto mais polémico e discutido da sessão. No decorrer dela, foi explicada a posição da ADFA expressa no Congresso: a necessidade de nos organizarmos sem dependências político-partidárias.

Travou-se acesa discussão entre os assistentes, acerca da maior capacidade organizativa e reivindicativa demonstrada pelos deficientes das Forças Armadas, relativamente aos deficientes civis, nomeadamente os congénitos: havia uma posição que defendia advir ela de um ambiente político-ideológico favorável, enquanto outra defendia razões de carácter psicológico.

Quanto às nossas relações internacionais, elas teriam sido de carácter essencialmente desportivo, se bem que já tenha sido feito o pedido de inscrição da ADFA na Associação dos Combatentes. Quanto à nossa relação com os deficientes das colónias, ela não existe a nível oficial, porque nesses países não existem associações de deficientes.

José Arruda falou em seguida sobre a nossa actividade desportiva, reportando-se essencialmente ao seu aspecto reintegrador do deficiente. Expôs ainda várias questões relativas à formação duma federação de desportos para deficientes e das vantagens que daí adviriam.

Carlos Araya começou por afirmar que «os problemas dos deficientes não têm fronteiras» e que não há nenhum país onde eles tenham sido resolvidos, se bem que nuns países se avance mais do que em outros. Analisou de seguida a reintegração na América Latina, onde considerou que, pelo menos a nível educativo, foram dados passos «cientificamente estruturados», nomeadamente na reintegração sócio-profissional dos cegos. Focou ainda, o facto de 50 por cento dos deficientes pertencerem aos países subdesenvolvidos.

Por tudo o que atrás ficou

(Continua na 11.ª pág.)

FEDERAÇÃO DOS ANTIGOS COMBATENTES

(Continuação da 2.ª pág.)

evitar os sofrimentos provocados pelas sequelas das deficiências de guerra;

Pede-se instantaneamente à Direcção Executiva que preste todo o apoio possível às associações membros neste domínio».

Membros das Forças de Urgência das Nações Unidas

Prestando homenagem aos membros das Forças de urgência das Nações Unidas pelo seu contributo, em circunstâncias difíceis e frequentemente perigosas, na cessação dos conflitos armados e na sua solução pacífica;

Considerando que estas actividades estão de acordo com o espírito da FMAC e se inscrevem no quadro dos seus objectivos,

Constatando-se que se vem apelando, cada vez com mais frequência, às Forças de urgência das Nações Unidas e que cada vez mais países fornecem contingentes;

Considerando que todos aqueles que serviram nas Forças de urgência e que lutaram pela paz podem, com a sua experiência, dar um contributo importante às actividades da FMAC;

Convidam-se as organizações congregadoras de antigos combatentes das Forças de urgência a filiarem-se na FMAC;

Pede-se à Direcção Executiva e às Associações membros dos países que tenham fornecido contingentes às Forças de urgência que estudem as possibilidades de associar às actividades da FMAC todos quantos serviram nessas Forças e que não se encontram filiados em qualquer organização».

Desarmar para defender a Paz

«Considerando os justificados sentimentos de receio, expressos pelos povos de todas as nações, perante a corrida aos armamentos, cujas consequências podem ser terríficas e conduzir a humanidade para uma catástrofe irreparável;

Registando-se com satisfação as iniciativas e as acções desenvolvidas pela FMAC no domínio da segurança e da paz pelo desarmamento;

Sublinhando-se o grande interesse e importância do documento final da sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas consagrada ao desarmamento em 1978;

Considerando o projecto de mensagem para a paz através do desarmamento submetido ao Encontro mundial dos antigos combatentes para o desarmamento (Roma, 18-20 de Outubro de 1979);

Pede-se às Associações membros da FMAC e à Direcção Executiva para que façam tudo ao seu alcance no sentido de garantir a difusão e aplicação em todo o mundo do apelo que sairá do Encontro mundial e consagrem o ano de 1980, na base desse documento, aos esforços acrescidos a favor do desarmamento e da paz».

ATLETISMO EM VISEU

MINI-MARATONA PARA DEFICIENTES EM CADEIRAS DE RODAS

Promovido pelo Grupo Desportivo «Os Ribeirinhos» vai realizar-se a II Meia-Maratona na cidade de Viseu, no dia 19 de Setembro do ano em curso, na distância de 21 km, aberto a todos os atletas, cuja inscrição poderá ser efectuada até ao dia 15 de Setembro.

No mesmo dia (19 de Setembro-82) pelas 9 horas irá decorrer, pela primeira vez em Viseu, uma prova de atletismo para deficientes (em cadeiras de rodas), na distância de 1000 metros.

Esta segunda prova, que tem o apoio da Delegação de Viseu, poderá ser participada pelos sócios da ADFA, através

das suas Delegações ou individualmente. Para o efeito deverão contactar a Delegação de Viseu, efectivando a sua inscrição cujo prazo termina a 15 de Setembro, bem como obterem as informações necessárias à sua deslocação, este dia, etc.

Ambas as provas têm o apoio da Câmara Municipal, Governo Civil, Comissão de Turismo, Delegação da Direcção Geral de Desportos, Associação dos Desportos de Viseu, Comissão da Feira de S. Mateus, Inatel e algumas firmas comerciais de Viseu.

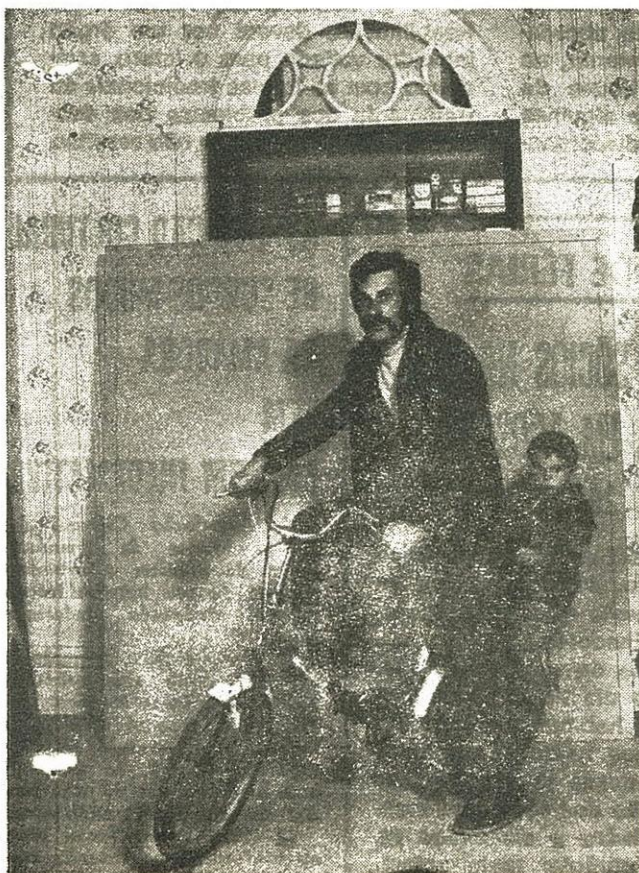
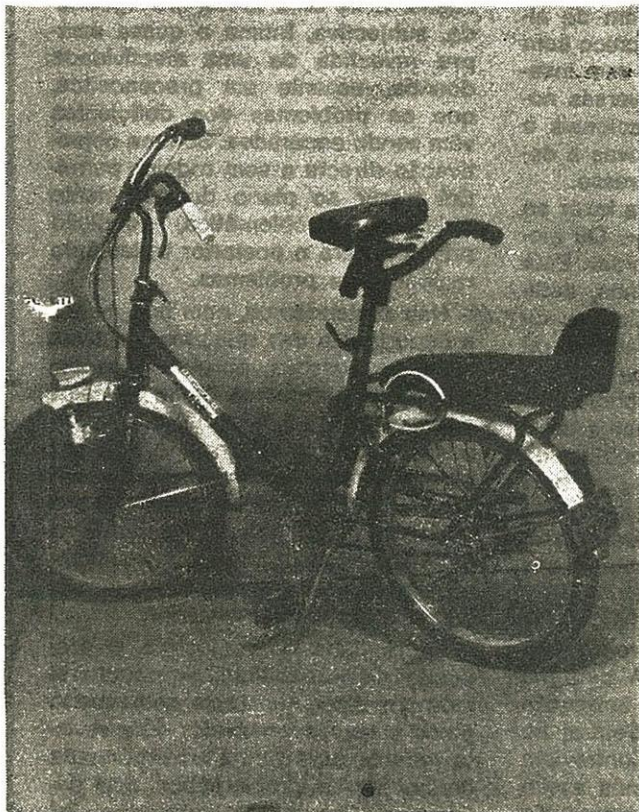
Participa — Prática Despor-

TRANSPORTE ORIGINAL

O sócio n.º 7349, António Alberto Quintas Sequeira; residente na Póvoa de Varzim, gostando de fazer-se acompanhar pelo seu filho durante os seus passeios de bicicleta decidiu proceder à adaptação da mesma por forma a satisfazer esse desejo.

Como a fotografia o demonstra, os dois viajam em condições normais de segurança para este tipo de veículo.

Por nos parecer original, aqui fica registado o facto.



FÉRIAS

SEDE DA ADFA ESTÁ ENCERRADA EM AGOSTO

Por motivo de férias dos trabalhadores, a sede da Associação, em Lisboa, estará encerrada durante o mês de Agosto. Durante esse mês será, contudo, garantido um serviço de atendimento dos sócios, capaz de resolver os problemas apresentados ou encaminhá-los para posterior resolução em Setembro.

FÉRIAS DA DELEGACÃO DO PORTO (EM AGOSTO)

Com vista a permitir o gozo de férias por parte do pessoal que presta serviço, a Delegação encontra-se encerrada durante o mês de Agosto. No entanto, o Serviço de Apoio Social e o Centro Oficial de Meios Ortopédicos estarão abertos para assegurar os casos urgentes e inadiáveis.

Solicita-se aos sócios que colaborem, evitando tratar de assuntos que possam ser resolvidos noutra ocasião.



Ten.-cor. Vítor Alves usando da palavra na abertura da exposição

INAUGURADA NA SEDE DA ADFA EXPOSIÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O «APARTHEID»

Foi inaugurada, no dia 22 de Julho, no Salão Nobre da Sede da ADFA (Palácio da Independência) uma exposição das Nações Unidas contra o Apartheid, versando concretamente o tema da «agressão contra a República Popular de Angola».

A inauguração da exposição foi presidida pelo Conselheiro da Revolução Ten.-Cor. Vítor Alves, com quem, no final, a Direcção da ADFA teve oportunidade de trocar algumas impressões sobre assuntos relativos aos deficientes das Forças Armadas. (Ver notícia na 1.ª página).

No acto inaugural da exposição verificaram-se, além da intervenção do Ten.-Cor. Vítor Alves, intervenções do embaixador da Nigéria e do 1.º Secretário da Embaixada da República Popular de Angola.

Esta exposição das Nações Unidas, que ficará patente ao público durante alguns dias, foi organizada pela Comissão Internacional Preparatória da Conferência de Solidariedade com os Estados da Linha da Frente que é presidida pelo Ten.-Cor. Vítor Alves e insere-se no âmbito daquela conferência que se realizará em Janeiro de 1983.

DINAMIZAÇÃO DESPORTIVA NA FEIRA DE S. JOÃO ORGANIZADA PELA DELEGAÇÃO DA ADFA EM ÉVORA

Na capital do Alto Alentejo, Évora, realizou-se no passado dia 3 de Julho a feira de S. João. Aproveitando este evento, a nossa delegação nesta cidade levou a efeito uma série de iniciativas com a finalidade de promover a ADFA e mais concretamente o desporto para deficientes. Para este efeito esteve aberto ao público, na dita feira, por gentil cedência da Câmara Municipal de Évora, um pavilhão com fotografias alusivas à nossa acti-

vidade, bem assim como diverso material tal como jornais, emblemas, cartazes e comunicados. O funcionamento deste pavilhão teve a colaboração de alguns sócios da ADFA. No dia de encerramento deslocou-se uma delegação de Lisboa com 35 elementos entre familiares e atletas, sendo dez pessoas do clube «A Juanita».

Ao fim da tarde, realizou-se no recinto de jogos da Feira um jogo de basquetebol entre a ADFA e a «Juanita», cujo resultado foi de 13-14. Seguiu-se um colóquio no pavilhão da DGD que contou com a presença de um representante do SNR através do Dr. Pedro Ribeiro e a DGD-Delegação de Évora pelo Professor David. Ainda a presença do Presidente da Zona Sul, José Luís, da Professora Regina Peyroteo e de José Arruda como representante da Direcção Central.

Findo o colóquio houve uma ceia oferecida pela Câmara, onde foram entregues as taças da DGD.

Não posso terminar este artigo sem focar aspectos relativos à organização desta jornada e ao problema muitas vezes colocado da falta de apoio que existe da parte da Sede para com as Delega-

ções. No caso vertente, foi exactamente o contrário: os esforços da Sede e o número de elementos deslocados foi significativo, enquanto que por outro lado por parte de Évora a sua participação reduziu-se praticamente aos dirigentes.

Os atletas, a seguir ao jogo, não tiveram sequer possibilidade de lavar as mãos, os paraplégicos, e não só, não tiveram possibilidades de tomar banho, pois foram pernoitar num local onde, para além de múltiplas barreiras arquitectónicas, não tinham uma banheira. No decorrer do colóquio não houve um mínimo de condições acústicas e as deficiências técnicas não permitiram que se projectassem os filmes. Existe também nestes últimos casos responsabilidade da DGD. Para além da importância que esta iniciativa teve, que considero da máxima necessidade e oportunidade, estando por esse motivo de parabéns a nossa Delegação, as faltas apontadas são sintomáticas duma falta de perspectiva e delicadeza para a problemática dos deficientes. Este espírito de trabalho, a ser mantido, poderá ocasionar graves problemas e o afastamento irreversível de sócios para as nossas actividades.

«REABILITAÇÃO»

UMA REVISTA NECESSÁRIA COM PUBLICAÇÃO IRREGULAR E ALGUMAS LACUNAS

Acaba de sair mais um número da «Reabilitação» (revista do Secretariado Nacional de Reabilitação) relativo a Março-Abril de 1982.

Este órgão de informação do Secretariado Nacional de Reabilitação ocupa um espaço próprio (definido pelo próprio Decreto-Lei n.º 346/77) e deveria desempenhar um papel primordial no domínio do tão necessário esclarecimento sobre a problemática dos deficientes a ser canalizado até junto dos diversos serviços do Estado, da população e dos próprios deficientes. Pena é que tenha vindo a ser publicado tão irregularmente. Note-se que esta revista bimensal (publicação de um número em cada dois meses) percorreu todo o espaço de tempo que vai de Novembro de 1981 até agora (Julho) com a publicação de apenas dois números.

Uma publicação mais regular seria muito útil, já que, para além de alguns artigos de carácter técnico com interesse, a «Reabilitação» vem inserindo nas suas páginas diversas notícias sobre actividades nacionais e mesmo internacionais relativas a deficientes com bastante interesse.

Há, contudo, um reparo a fazer ao conteúdo da «Reabilitação». Ou melhor, há uma lacuna a apontar. Esta revista deveria, quanto a nós, dedicar algum espaço à opinião das diversas entidades, organizações ou pessoas interessadas na reabilitação e integração social dos deficientes. Deveria, assim, proporcionar e mesmo fomentar um diálogo público da reabilitação, assunto sobre o qual tanto há a dizer e tão escamoteado anda dos órgãos de Informação. Isto, quanto a nós, deveria ser uma das funções da «Reabilitação».

Esta tentativa chegou, aliás, a ser ensaiada em alguns números da revista e para isso a ADFA deu um bom contributo através da entrevista concedida pela Direcção Central ao eng. Brito e Cunha. Essa entrevista poderia ter sido, aliás, e nós assim o esperávamos, um bom ponto de partida para uma discussão pública sobre várias questões nela abordadas. Nós tivemos conhecimento, na altura, que declarações houve da ADFA que desagradaram a algumas pessoas e mereceram a discordân-

cia de outras. Isso teria sido, pois, uma boa oportunidade para desencadear a tão necessária discussão dos problemas dos deficientes num plano público e aberto.

Daqui, para além de lamentarmos que continue a verificar-se esta lacuna na «Reabilitação», lançamos um desafio aos seus responsáveis para que dêem uma prova de desmistificação, através de um órgão oficial como é esta revista, da problemática dos deficientes.

Essa desmistificação torna-se cada vez mais urgente. Enquanto não se discutirem abertamente os problemas dos deficientes (com a participação dos próprios) como se discutem quaisquer outras questões que dizem respeito ao homem e à sociedade, enganar-nos-emos a nós próprios e não daremos passos decisivos para a eliminação da marginalização. É de uma forma envergonhada, subjectiva, íntima e quase sempre revestida de uma afectividade doentia, assente em preconceitos, que os problemas dos deficientes vêm sendo encarados. Só uma objectivação directa e sem rodeios permitirá trazer ao plano do consciente toda esta problemática, condição primeira para o posterior tratamento racional dos problemas.

Não pretendemos, com isto, negar a importância das relações afectivas entre as pessoas, porque as prezamos e consideramos como a maior riqueza de que a humanidade dispõe e na qual deve alicerçar a vida em comunidade, pretendemos apenas que a solidariedade e calor humano desperado nas pessoas perante os deficientes sejam investidos realmente em favor deles próprios e não como factor marginalizador.

Nesta linha de raciocínio, a propósito da «Reabilitação», concluiremos por dizer que (sem desrespeito pelos seus responsáveis) esta revista reflecte essa forma envergonhada de encarar a problemática dos deficientes. Ora a «Reabilitação», tal como o Secretariado Nacional de Reabilitação, deverá ser um órgão inovador voltado para o futuro, rompendo com as formas tradicionais de tratamento dos problemas dos deficientes que já provaram não resultar.

POR MOTIVO DE FÉRIAS

REUNIÃO MENSAL DE SÓCIOS NA SEDE NÃO SE REALIZA EM AGOSTO PRÓXIMA REUNIÃO DIA 25 DE SETEMBRO

A habitual reunião mensal de sócios na Sede não se realizará em Agosto, devido ao facto de a Associação em Lisboa, neste mês, estar encerrada para férias dos trabalhadores.

Assim, a próxima reunião de sócios na Sede, em Lisboa, realizar-se-á no dia 25 de Setembro (sábado), com início, como habitual, às 14,30.

Apesar da distância a que ainda se encontra essa reunião, aproveita-se desde já para realçar a importância da participação dos sócios na mesma, já que aí serão avaliadas e discutidas as questões associativas de carácter mais actual.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE SURDOS-MUDOS DA AMADORA TEM BOLETIM-INFORMATIVO

A Associação Cultural de Surdos - Mudos da Amadora acaba de publicar o primeiro número do seu boletim informativo, designado «Informação».

O «Informação», segundo o Editorial deste seu primeiro número, propõe-se fornecer informações sobre as actividades associativas e divulgar, na medida do possível, os aspectos mais significativos da vida social dos deficientes auditivos.

O «Elo» deseja longa vida ao «Informação», fazendo votos para que atinja plenamente os seus objectivos.

SÓCIO ATROPELADO POR AMBULÂNCIA FALECEU

O sócio n.º 7325, José Sebastião Santos Raimundo, foi vítima de um acidente de viação — atropelamento por uma ambulância —, no passado 7 de Julho, no Barreiro, do qual veio a falecer.

Este associado tinha sido ferido em Elvas quando aí cumpria o serviço militar como soldado, em 1972, an carrear de tiro, tendo ficado com uma deficiência auditiva na sequência de um rebentamento.

A deficiência havia sido considerada como adquirida em serviço, tendo-lhe sido atribuído o grau de desvalorização de 30 por cento.

Casado, com 32 anos, deixou viúva e um filho.

SOBRE A AQUISIÇÃO DE VIATURA PRÓPRIA PARA DEFICIENTES

SECRETÁRIO DE ESTADO DO ORÇAMENTO VAI RECEBER A DIRECÇÃO DA ADFA NO DIA 10 DE AGOSTO

A ADFA tem vindo a fazer várias diligências no sentido de desbloquear uma situação deveras preocupante criada por directivas da Secretaria de Estado do Orçamento sobre a compra de viatura própria por parte dos deficientes com 60 por cento ou mais de incapacidade, nos termos da Lei n.º 43/76.

Depois da limitação dos 750 contos do preço ao público das viaturas a adquirir pelos deficientes, uma outra directiva da Secretaria de Estado do Orçamento veio complicar ainda mais o já tão difícil processo de aquisição de viatura própria. Trata-se da apresentação obrigatória de documento comprovativo do pagamento do imposto complementar nos três últimos anos a fim de as Alfândegas se certificarem, pela apreciação das respectivas declarações, que o nível de rendimentos auferidos é compatível com o preço da viatura que se pretende adquirir.

Compreende-se a preocupação que está na base destas duas determinações, já que, como temos vindo a referir, têm sido cometidos abusos na compra e utilização de viatura própria por parte dos deficientes. As medidas agora adoptadas para pôr cobro a esses abusos (aquisição de carros de luxo, por um lado, e utilização das viaturas por terceiros, por outro) é que não são as mais correctas.

Foi nesse sentido que a ADFA enviou já duas exposições ao Sr. Secretário de Estado do Orçamento, manifes-

tando, assim, a discordância com o limite de 750 contos, sobretudo por não se prever a actualização deste limite sempre que se verifiquem aumentos nos preços das viaturas no mercado nacional, e discordando também com a exigência de apresentação da declaração do imposto complementar, já que não nos parece correcta a obrigatoriedade de tornar desta forma público os rendimentos de cada um. Trata-se de matéria sigilosa que, pensamos, ninguém poderá violar.

Para mais directamente apresentar os seus pontos de vista sobre este assunto, a ADFA solicitou uma audiência ao Secretário de Estado do Orçamento que irá ter lugar no próximo dia 10 de Agosto.

Nesta audiência, como aliás já o fez nas exposições enviadas, a Direcção da ADFA solicitará ao Sr. Secretário de Estado que sejam revogadas estas disposições (que consideramos, aliás, ilegais, por não estarem conformes com a Lei n.º 11/780 e que seja criado um grupo de trabalho em que participe o Secretaria-

do Nacional de Reabilitação e as Associações de Deficientes, a fim de elaborar uma proposta de medida legislativa que defina, por um lado, o conceito de veículo utilitário e impeça, por outro, os abusos que se vêm verificando na utilização dos carros comprados em nome dos deficientes por terceiros.

Entretanto, sobre este mesmo assunto, a ADFA contactou com o Secretariado Nacional de Reabilitação, entidade que tem directamente a ver com esta matéria e não foi ouvida sobre estas medidas da Secretaria de Estado do Orçamento. Aquele organismo coordenador da reabilitação teria também protestado junto da Secretaria de Estado do Orçamento, em termos semelhantes aos da ADFA.

Torna-se, efectivamente, urgente aprovar legislação reguladora desta matéria, a fim de definir claramente os direitos e deveres dos deficientes. Torna-se, entretanto, necessário que todo este processo seja coordenado (a entidade própria deverá ser o Secretariado

Nacional de Reabilitação), para não surgirem situações ridículas como acontece com a isenção do imposto de gasóleo para os deficientes, recentemente decretado pelo Governo, de que não podem na realidade beneficiar. É que, com o limite dos 750 contos, nenhum deficiente poderá comprar uma viatura a gasóleo.

FEIRA DE S. MATEUS EM VISEU

DELEGAÇÃO DA ADFA VAI ESTAR PRESENTE

De 2 de Setembro a 3 de Outubro-82, vai realizar-se a tradicional Feira de S. Mateus, certame de renome nacional e, até, internacional.

Pela primeira vez, a ADFA vai estar presente através da sua Delegação de Viseu com instalação de um stand no recinto da Feira que procuraremos ser bem representativo do prestígio da ADFA e dos seus associados. Tentaremos variar o mais possível as actividades a desenvolver durante o período em que vai decorrer a Feira.

Trata-se de um certame de características eminentemente populares, características essas que as sucessivas Comissões Executivas, sem que tal colida com a necessária actualização e com o contínuo rejuvenescimento, têm sabido manter.

Um dos testemunhos dessas características, é a presença que, com maior sistematização, se tem vindo a verificar, há cerca de duas décadas, da Arte do nosso Povo, bem patenteada nas mostras artesanais que, devidamente organizadas, têm vindo a ser efectuadas desde então.

Em ambiente de requintada beleza, ali têm estado expostas as mais marcantes produções artesanais, como voltará a acontecer durante a Feira-1982.

Assim, em alguns casos, em viva demonstração, ali es-

ATRAVÉS DA ADFA OS SÓCIOS PODEM FAZER SEGUROS EM CONDIÇÕES FAVORÁVEIS

Relembra-se que os sócios podem fazer os seus seguros através da ADFA em condições especiais.

Através de um protocolo assinado com a Companhia de Seguros «A Social», os sócios da ADFA podem fazer os seus seguros em condições vantajosas.

Estas condições, em vigor desde o início deste ano, são especialmente vantajosas no ramo automóvel.

Os sócios interessados terão que dirigir-se previamente à Associação, onde será realizada uma formalidade simples a fim de se dirigirem em seguida à Companhia de Seguros.

ENCONTROS INTERNACIONAIS SOBRE DEFICIENTES AINDA EM 1982

A revista «Reabilitação» do Secretariado Nacional de Reabilitação, no seu último número, traz o calendário das realizações internacionais so-

bre deficientes nos últimos meses de 1982, das quais destacamos as seguintes:

- Conferência DISTECH 82 sobre deficiência e tecnologia nos anos 80, a realizar em Londres em Setembro de 1982.
- Conferência Internacional sobre desporto, educação física, recreação e dança, a realizar em Brisbane em Setembro de 1982.
- Conferência Internacional sobre epilepsia, a realizar em Londres em Outubro de 1982.
- Congresso internacional sobre o deficiente e a sexualidade, a realizar em Paris, em Outubro de 1982.

NOS AÇORES

SECRETÁRIO REGIONAL DO TRABALHO RECEBEU DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO DE PONTA DELGADA

A Direcção da delegação da Associação em Ponta Delgada (Açores) foi recentemente recebi-

da pelo Secretário Regional do Trabalho.

Nesta audiência concedida por aquele membro do Governo Regional dos Açores, os representantes da ADFA trataram de diversas questões relacionadas com os deficientes, desde as Comemorações do Ano Internacional dos Deficientes até às dificuldades com que a delegação da Associação se vem debatendo em matéria de instalações.

Uma questão tratada foi a que respeita ao projecto de criação de um centro de trabalho protegido em anexo ao Centro de Formação Profissional existente nas Capelas, obra orçada em 16 000 contos e prevista no plano orçamental da Região Autónoma para o próximo triénio.

DISTRIBUIÇÃO DOS PRÉMIOS DO CONCURSO DE RÁDIO-AMADORISMO

Dia 25 de Setembro, realizar-se-á a entrega dos prémios do Concurso de Rádioamadorismo que se realizou pelo aniversário da ADFA sob o lema «TIVEMOS UM ANO QUEREMOS UMA VIDA».

Será servido um almoço-volante pelas 13 horas. As inscrições estarão abertas até ao dia 20 de Setembro na Sede da ADFA.

AOS SÓCIOS

Como é do conhecimento de todos os associados, o não pagamento de quotas por mais de três meses leva à perda dos direitos associativos. Um desses direitos, salientamos, é o recebimento do «Elo» regularmente. Até aqui tem havido uma certa tolerância, não se cortando o envio do jornal logo que se verifiquem os três meses de atraso no pagamento das quotas. A partir de agora, contudo, no cumprimento estrito dos Estatutos, o «Elo» deixa de ser enviado aos sócios que não estejam no pleno uso dos seus direitos associativos.

Recorda-se, entretanto, que para o pagamento das quotas não se torna imprescindível a deslocação dos sócios à Associação. As mesmas podem ser pagas através de Cheque ou vale de correio, sendo, a seguir, remetidos os respectivos talões.

Apela-se assim para uma maior atenção dos sócios quanto a este seu dever associativo, tanto mais que o quantitativo das quotas (apenas 30\$00 mensais) não é por si um encargo de vulto.

EM COIMBRA

CONFRATERNIZAÇÃO ENTRE DEFICIENTES

A Delegação de Coimbra da ADFA pensa levar a efeito no dia 26 de Setembro de 1982 uma grande jornada de convívio entre todos os associados da nossa Associação, familiares e amigos que, para o efeito, se queiram inscrever.

A iniciativa terá lugar em Santo Varão, localidade do concelho de Montemor-o-Velho, distrito de Coimbra. Embora o programa geral ainda não esteja definido, adiantamos, desde já, algumas iniciativas.

Concurso de pesca no rio Mondego, no qual poderão participar todos os amantes da modalidade.

Corrida de deficientes em cadeira de rodas, estando está dependente do número de inscritos.

Jogo de basquetebol em cadeira de rodas entre a equipa da ADFA e outra, dependendo da colaboração da Secção Desportiva da sede.

Almoço junto ao rio Mondego, devendo, para o efeito, cada um levar o seu farnel. A Delegação de Coimbra oferecerá sardinha assada, salada, broa e vinho.

Espectáculo de variedades no Centro Beira Mondego, em Santo Varão, com a actuação do GEFAC da Associação Académica de Coimbra e talvez um artista de renome nacional.

No próximo jornal desenvolveremos todos os pormenores sobre a iniciativa. Para já, convidamos todos os associados a estarem presentes na certeza de todos em conjunto passarmos um dia de tão convívio.

noaria de Viseu, aos tamancos do Cabril; dos estanhos de Travanca de Bodiosa e de Viseu, às campainhas do Cabril e dos entalhados (madeira) e dos bonecos de barro ao mobiliário rústico, também da capital da Beira-Alta.

Aqui fica o convite a todos os sócios da ADFA para uma visita à Feira e ao Stand da sua Delegação.

Contamos com o apoio e colaboração de todos. Para o efeito poderão contactar com a Delegação de Viseu. Os sócios que pretendam expor ou vender peças de artesanato, literárias, etc., devem comunicar com a brevidade possível para facilidade de programação por parte da Direcção da Zona Centro.

Todas as informações poderão, desde já, ser pedidas à Delegação de Coimbra.

JOVENS DO O. T. L. PRESTAM SERVIÇO NA DELEGAÇÃO DA ADFA NO PORTO

Quem nos últimos tempos tem passado pela Delegação do Porto certamente se apercebeu da existência nos serviços de «Caras Novas».

De facto não se enganou, por que durante os meses de Julho, Agosto e Setembro, a Delegação do Porto conta com a colaboração de 5 jovens que se encontram integrados na nossa Associação no âmbito do programa «Ocupação dos Tempos Livres promovidos pela Secretaria de Estado do Emprego».

Aqueles jovens, durante a sua estadia na delegação, ocupam-se de diversas tarefas em vrios domínios, prestando desse modo um valioso auxílio à ADFA.

É URGENTE MORALIZAR A VIDA ASSOCIATIVA E GARANTIR A UNIDADE DA A.D.F.A.

Pensava-se que a penosa questão da Zona Centro tinha sido encerrada pela Assembleia Geral Nacional realizada no passado dia 3 de Abril no Porto. Infelizmente assim não sucedeu. Este processo é agora reaberto, de forma muito grave, pela posição de apoio, à revelia dos órgãos centrais, manifestada pelos elementos dos órgãos sociais da Zona Centro (delegações de Coimbra e Viseu) à CCNOD e à concentração de deficientes por esta realizada em 25 de Junho.

No último número do «Elo», transcreveu-se o teor dessa posição e explicou-se através do Editorial, a razão porque a ADFA não participou na referida concentração.

As ligações que existem entre os elementos eleitos para os órgãos sociais da Zona Centro da ADFA e a CCNOD não constituem uma novidade. Novidade será o facto de as mesmas virem a ser agora do domínio público (ver notícia da 1.ª pág.). O que até aqui não passava do âmbito dos órgãos (procurando-se um impossível entendimento), passa agora, para que valha definitivamente a verdade e a transparência, para o conhecimento de todos os associados.

Os órgãos sociais centrais, depois da Assembleia Geral Nacional de 16 de Janeiro passado, em que se esteve à beira do confronto físico, procuraram apejar ao bom senso e ao respeito do espírito associativo. Nesse sentido, promoveram uma reunião com os elementos da Zona Centro para, da forma mais serena e construtiva possível, resolver o problema existente, dentro de um espírito de maior compreensão. A Assembleia Geral Nacional de 3 de Abril, ao aprovar um documento nessa reunião proposto pelos órgãos sociais centrais, confirmou essa disposição. Posteriormente, a Direcção Central, a fim de estabelecer relações de trabalho funcionais, deslocou-se a Coimbra, onde foi recebida de uma forma estranhamente fria.

A posição de apoio à CCNOD agora tomada contrária a orientação dos órgãos sociais centrais, mandatados pelos sócios e pelos próprios estatutos para orientarem a Associação, contraria as conclusões do 2.º Congresso Nacional e viola disposições estatutárias claras que determinam que os sócios não podem encaminhar a Associação para fins partidários. Assim, aquela atitude, somada a todos os antecedentes, inviabiliza qualquer possibilidade de entendimento no plano associativo. As relações de trabalho, dantes más, tornam-se agora impossíveis.

Os elementos dos órgãos da Zona Centro vinham tendo um comportamento totalmente fora do âmbito associativo, fazendo daquela zona uma «Associação» aparte, que, confirma-se agora, seguia as directivas, não da sede da ADFA, mas da mesma central de que depende a CCNOD (Partido Comunista Português — ver a este respeito notícia da 1.ª pág.). Na delegação de Viseu, por exemplo, não se sabe onde acaba a ADFA e começa a CCNOD. Nas instalações da ADFA, sem autorização da sede, funciona a CCNOD; os sócios da ADFA são abusivamente, sem serem consultados, inscritos como sócios da CCNOD; elementos dos órgãos da ADFA são simultaneamente dirigentes da CCNOD; os trabalhadores da ADFA trabalham para a CCNOD; as despesas com instalações, trabalhadores, luz, água, telefones, etc., são suportados pela ADFA. Tudo isto, quando no Congresso da ADFA de Maio de 1981 foi rejeitada uma proposta de ligação da ADFA à CCNOD.

As directivas da Direcção Central são afixadas na delegação de Viseu com a anotação «aquí não se cumpre»; sobre deliberações da Direcção Central, a delegação de Viseu tem decidido e executado exacta-

mente o contrário; os elementos do Secretariado Nacional da Zona Centro têm inviabilizado o funcionamento deste órgão com graves prejuízos para a Associação; um elemento dos órgãos daquela Zona não teve pejo em pôr a Associação em tribunal sobre o problema que a Assembleia Geral Nacional de 3 de Abril viria a resolver.

Isto dá uma ideia aos sócios das dificuldades que se têm verificado com a Zona Centro.

Os órgãos sociais centrais, no pleno uso das suas competências, estão, neste momento, a adoptar as necessárias medidas para pôr termo a este descalabro, procurando evitar que um reduzido grupo de sócios prossiga na sua acção anti-estatutária de enfeudamento de parte da ADFA a interesses que nada tem a ver com as finalidades da Associação.

Paralelamente, em outras delegações, conforme o reflecte o relatório do Conselho Fiscal Central publicado neste número do «Elo», existem outros tipos de problemas que, conjuntamente com aquele, são motivo de preocupação e devem, de imediato, servir de motivo para uma séria reflexão sobre a vida associativa.

Para além dos órgãos centrais, compete aos associados conscientes da necessidade de manter uma Associação forte, unida e actuante, mobilizarem-se para uma discussão urgente sobre estes problemas, a fim de se encontrar a melhor forma de os ultrapassar definitivamente.

Para além de condenar os sócios que se servem dos seus cargos na Associação para servir os partidos de que são militantes, teremos que reflectir sobre a estrutura associativa que temos e aí encontraremos certamente algumas causas dos problemas actuais.

Teremos, muito brevemente, que ser capazes de criar internamente condições para que não seja possível aos sócios utilizarem assim tão escandalosamente a Associação para fins partidários. Teremos, igualmente, que adaptar a estrutura associativa à nova realidade da Associação e dos sócios, considerando factores vários como a idade destes a sua situação sócio-profissional, o tipo de serviços a prestar-lhes, as reivindicações a fazer junto dos órgãos do poder, enfim, os objectivos a prosseguir no futuro.

Para isso, repete-se, necessário se torna uma grande discussão associativa. Se se verificar o alheamento dos sócios, o que não acreditamos, a Associação corre o risco de desintegrar-se. Aqui fica, pois, um apelo de mobilização dos sócios para dar este urgente impulso à Associação.

Há, contudo, que dizer, depois disto, que a situação não é, neste momento incontrolável. Bem pelo contrário. Os órgãos sociais centrais, nomeadamente a Direcção Central, garantem a representação normal da ADFA no exterior e coordenam a acção da generalidade das delegações, com excepção de Viseu e Coimbra. O que motiva este desnudar da realidade é antes a certeza de que podemos e devemos garantir uma Associação mais sã e mais integralmente de acordo com os seus princípios.

A generalidade dos sócios, a quem a ADFA interessa como defensora dos seus direitos, compete intervir directamente sobre estas questões aqui frontalmente postas a descoberto.

Por fim, há que dizer que os órgãos sociais centrais, ao assumirem a responsabilidade de tornarem público, perante toda a massa associativa, estas duras verdades, fazem-no com a consciência de que estão neste momento a utilizar o meio mais correcto para salvaguardar os interesses da Associação.

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONSELHO FISCAL CENTRAL

Lamenta profundamente o C. F. C., uma vez mais, não ter qualquer hipótese de dar cumprimento ao estatutariamente definido pela alínea b) do Art.º 38.º dos Estatutos. Concorreu para tal situação a existência de um certo número de factores que, se são «a priori» demonstrativos de profunda falta de interesse, anti-militância e total desrespeito pelas normas vigentes, parecem, por outro lado, significar um entrave deliberado ao normal funcionamento do CFC.

1. CONSELHOS FISCAIS DE ZONA

Logo após a tomada de posse endereçaram-se aos Conselhos Fiscais de Zona oficiais lembrando-lhes de necessidade do envio trimestral dos relatórios. Lembrou-se também ao tempo, a fim de que o tesoureiro da DC pudesse elaborar atempadamente o orçamento para o ano de 1982, que os Conselhos Fiscais instassem junto das Direcções de Zona para que os seus orçamentos fossem enviados à Sede dentro do prazo suficiente para o orçamento ser aprovado na devida altura.

Tivemos então um único contacto do C. F. da Zona Sul, que obrigou por parte

deste Órgão a respostas duras a officios talvez mais irreverentes, insolentes.

Dai para cá emudeceu aquele Órgão de Zona, que até nos parecia não existir. Aquilo da nossa visita a Évora em Dezembro de 1981, foi-nos informado que estaria demissionário.

Em 16/6/82, por officio, solicitámos ao C. F. da Zona Sul o envio do relatório trimestral. Dada a nossa dúvida quanto ao número de elementos desse Órgão em exercício de funções, pedimos à MAG da Zona Sul informação sobre a concretização dessas eventuais demissões e, em caso negativo, se se está dando cumprimento ao disposto no Art.º 39.º, por força do disposto no Art.º 22.º. Transcorrido um mês sobre tais petições, obtivemos, como resposta, o silêncio.

2. CONSELHO FISCAL DA ZONA NORTE

Idênticos contactos foram encetados com este Órgão, e, embora sabendo que se mantêm em funções, até porque está programada uma deslocação conjunta a delegações pertencentes à área daquela Zona, estranha-se que o procedimento, no que respeita ao cumprimento da alínea b) do

Art.º 46.º dos Estatutos, seja idêntico ao do C. F. Zona Sul.

3. CONSELHO FISCAL DA ZONA CENTRO

Houve contactos entre este Conselho Fiscal e os elementos eleitos para o Conselho Fiscal da Zona Centro, entre o período que mediou do acto eleitoral de 18/7/81 e a extinção pelo SN da Zona Centro em 1 de Novembro, unicamente no sentido de ser reposta a legalidade Estatutária naquela Zona.

No período que mediu entre 1 de Novembro de 1981 e 3 de Abril de 1982 não existiu qualquer contacto por inexistência de Órgãos de Zona. Alertou-se, a partir desta última data, da necessidade de cumprimento das normas estatutárias logo após a reposição da Zona Centro, mas também aqui, no campo associativo, o silêncio continua a ser de ouro.

Não temos dúvida que este Órgão se encontra em funções, ou não se encontra ele incluído na unanimidade alcançada pelos Órgãos Sociais da Zona Centro aquando do officio dirigido à CCNOD a propósito de uma concentração de deficientes em 25 de Junho último! A actividade deste Conselho Fiscal, virada

para acções externas, é usada manifestamente em detrimento das suas responsabilidades associativas.

4. É manifesto que a inoperacionalidade por proliferação de tantos órgãos tornam por demais emperrada a máquina associativa, pelo que é de estudar seriamente a eliminação da Zona na próxima revisão Estatutária, tendentes a eliminar permanentes digladiações de poderes, que aspiram à instalação de poderes paralelos, e a promover uma maior eficácia na administração e no incremento da vida associativa.

5. No entanto, melhor panorama de colaboração não se nos depara na Sede.

Se bem que até ao mês de Janeiro o serviço de Pessoal tenha fornecido, a nosso pedido, os mapas de absentismo do pessoal da Sede, o que solicitámos com carácter periódico e mensal, a partir de então tal procedimento deixou de se verificar. Insistimos na necessidade de dar cumprimento a essa pretensão, mas até ao momento não obtivemos qualquer resposta.

Cabe aqui recordar que foi com base em tais mapas que, a instância deste Órgão, se iniciou um processo de moralização do excesso de absen-

tismo que não teve mais continuidade por absoluta falta de elementos.

Foi também solicitada ao DAF a situação económica e financeira da ADFA reportada a 30 de Junho de 1982, o que também não nos foi facultado.

Reconhece-se também o erro deste Órgão ao pretender a nível da Sede a obtenção daqueles elementos por contacto directo com os sectores respectivos, no intuito de desburocratizar a sua posse. Penitenciando-se de tal falha, vai a partir de agora o CFC solicitar directamente ao executivo, neste caso a DC, os elementos necessários à elaboração do seu relatório trimestral.

6. É evidente o alto custo financeiro dumo demasiadamente burocratizada e subdividida máquina administrativa, pelo que nos parece ser de premente necessidade tornar mais fluente e financeiramente menos dispendiosa a manutenção da vida associativa. Como antes já se referiu, seria muito salutar que a próxima revisão Estatutária se encaminhasse no sentido da eliminação de Zonas.

Paralelamente, existem delegações, se bem que de origem da ADFA desde a primeira hora, e criadas devido a

uma falta de planificação, que não justificam minimamente a sua manutenção. Exemplo disso, é (já apontado em relatório anterior) o caso da Angra do Heroísmo. Existem, no entanto, duas delegações que, pelo factor de proximidade de outras de maior amplitude, caso da Setúbal e Farnalhão, não se justifica a sua manutenção.

CONCLUSÃO

Conclui-se assim:

1. Nas anomalias que à Sede se referem vai este C. F. C. obviar à sua resolução junto do executivo, a fim de que outras situações semelhantes não venham de futuro a repetir-se.

2. Quanto aos Conselhos Fiscais de Zona, merecedores de um apêndice decorativo no organograma da ADFA, propõe-se muito concretamente ao SN o estudo de medidas tendentes a promover a operacionalidade de tais Órgãos, o que se nos afigura irrealista, ou, aliás como acabamos de propor, acionar os mecanismos tendentes à sua extinção, integrada na eliminação das Zonas que lhe dão suporte.

Lisboa, 17 de Julho de 1982

O CONSELHO FISCAL CENTRAL,

CCNOD TENTA DIVIDIR A ADFA

(Continuação da 1.ª pág.)

rompe uma linguagem realista há muito reprimida.

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem vindo, desde sempre, a empenhar-se na criação de um grande movimento nacional de Deficientes que seja capaz de dar expressão à revolta abafada em centenas de milhares de deficientes portugueses, única forma de pôr termo à marginalização forçada de que são objecto.

A ADFA está disponível com toda a sua experiência e dinâmica para esse empreendimento como o tem manifestado diversas vezes às Associações de Deficientes civis e mesmo publicamente. Tem posto, entretanto, a partida,

uma condição de que não abdica: exige que esse movimento seja autónomo e independente, sem interferências de quaisquer forças político-partidárias.

É convicção da ADFA que só deste modo será possível, por um lado, arrancar todos os Deficientes das sua apatia para uma acção reivindicativa e, por outro, ganhar o respeito e apoio da generalidade da população, independentemente das opções ideológicas de cada um. Desta forma, o Poder, perante este enorme problema humano e social, terá forçosamente que assumir as suas responsabilidades inscrevendo a problemática dos Deficientes nas preocupações de carácter nacional mais prioritárias.

Perante a forma envergonhada como o Governo estava a comemorar o Ano Internacional do Deficiente, a ADFA propôs às Associações civis o desencadeamento de acções conjuntas, nomeadamente uma grande concentração de Deficientes para manifestar o descontentamento destes. Exigia-se, no entanto, que essas acções se pautassem pelo princípio da independência e não interferência partidária. Por causa desta exigência a proposta da ADFA não foi aceite.

Veio agora a CCNOD (Organização de que fazem parte algumas Associações de Deficientes civis) realizar, no passado dia 25 de Junho, junto à Assembleia da República, a concentração que a ADFA pro-

pusera mas sem os pressupostos por esta definidos.

Os resultados ficaram à vista. Apenas três ou quatro centenas de Deficientes, mobilizados partidariamente, deram o triste espectáculo de mostram ao Poder e à Opinião Pública o ridículo a que se encontra reduzida a força de quase um milhão de Deficientes.

A ADFA não participou nem deu cobertura à concentração nem nunca poderá aceitar que se façam aproveitamentos dos já tão massacrados Deficientes para servir interesses estratégicos partidários.

Entretanto, por este facto, veio a CCNOD a público criticar a nossa posição (explicada no Editorial do «ELO» de Junho), procurando desviar a atenção do fracasso provocado pela participação do movimento de Deficientes para o próprio interior da ADFA onde, aliás, a mesma força política procura minar a sua vitalidade e capacidade de acção até hoje bem conhecidas.

O Partido Comunista Português (por quem temos o maior respeito como, aliás, por todos os Partidos que, graças ao 25 de Abril, se têm desenvolvido na democracia a partir daí possível), depois de, com a sua marca, ter reduzido a capacidade de mobilização e acção das centenas de milhares de Deficientes civis às escassas dezenas de Deficientes que, por acaso, são seus militantes e controlam as Direcções das principais Associações, tem procurado, em vão diga-se, controlar a maior Associação de Deficientes que é a ADFA.

Na impossibilidade de controlar a ADFA e de a reduzir à dimensão dos cerca de cinquenta activos militantes que aqui possui, tenta agora dividi-la fazendo dos seus representantes maus camaradas e um problema que os limites da paciência e da compreensão dos sócios não conseguiram realmente resolver.

O PCP vai tendo consciên-

cia de que controlar a ADFA é impossível, por isso joga na sua destruição. Estamos a isto muito atentos e não nos deixaremos confundir pelos complexos de reaccionarismo que o PCP nos pretende artificialmente criar.

Sobre progressismo e identificação com os ideais de justiça social do 25 de Abril que, num grande esforço, temos procurado concretizar, não aceitamos lições do PCP. A prática desenvolvida em oito anos fala por nós. Seria, aliás, o resultado da nossa acção no passado que o PCP gostaria de capitalizar. Mas esse património, que fique bem claro, não está à venda por preço nenhum. Fomos senhores do nosso passado, seremos autores do nosso futuro.

Quanto aos restantes Partidos, seja a AD ou o PS, com quem a CCNOD, na sua posição pública, procura identificar-nos, consideramo-los tão nocivos como o PCP na tentativa de controlo dos Deficientes.

O nosso apartidarismo, torna-se necessário que o PCP entenda, tem uma base profundamente humana. Os problemas dos Deficientes são demasiado sérios para servirem de moeda de troca em transacções políticas.

Que o PCP e todos os outros Partidos nos respeitem, a nós e à nossa luta, é o mínimo que exigimos. Se nos apoiarem, agradecemos. Mas, por favor, somos deficientes mas não tanto para necessitarmos de tutores.»

ADFA ENVIU TELEGRAMA DE SOLIDARIEDADE AO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

É com preocupação que a ADFA encara a extinção do Conselho de Reabilitação a muito breve prazo, já que, como insistentemente temos vindo a reclamar, aquele órgão de soberania deverá ainda aprovar algumas medidas legislativas consideradas fundamentais para os deficientes das Forças Armadas, de que se salienta a direito à assistência médica que antes era garantida pelos SSFA.

Além disso, a extinção do Conselho da Revolução

está a ser prevista, no âmbito da revisão constitucional, em termos que constituem numa afronta ao espírito do 25 de Abril.

O Conselho da Revolução, como imanação directa do 25 de Abril, deveria merecer a homenagem de todos os portugueses quando agora cessa as suas funções. Isto independentemente dos próprios actos cometidos durante a sua vigência que poderão ter

agradado mais a uns ou desagradado mais a outros.

No que nos diz respeito, a ADFA tem assumido nos últimos tempos uma posição muito crítica perante o Conselho da Revolução por não ter sabido cumprir o seu dever para com os deficientes das Forças Armadas no que respeita à adopção de necessárias e urgentes medidas legislativas. Mas isso não impede que nos sintamos na obrigação de manifestar o nosso profundo respeito por aqueles que na madrugada do 25 de Abril abriram as portas do próprio futuro a todo um povo vítima do obscurantismo, da ignorância e da guerra (hoje já tão esquecida).

Foi nesse sentido que a Direcção Central da ADFA enviou um telegrama ao Conselho da Revolução, lamentando a forma indigna como este órgão nascido do 25 de Abril é obrigado a cessar as suas funções patrióticas.

POR FALTA DE QUORUM

SECRETARIADO NACIONAL DA ADFA NÃO REUNIU

O Secretariado Nacional da ADFA, órgão estatutário entre a Direcção Central e a Assembleia Geral Nacional, deveria ter reunido no dia 10 de Julho em Faro, conforme noticiado no último número do «ELO». Esta reunião não se realizou devido ao facto de alguns elementos que integram este órgão terem previamente manifestado a impossibilidade de estarem presentes.

Na sequência disso, foi convocada nova reunião, para o dia 17 de Julho, desta vez em Lisboa. Também esta reunião não chegou a realizar-se por não haver quórum. Necessitan-

do-se de 11 elementos para o órgão funcionar, compareceram 10, faltando, por conseguinte 1.

É de realçar que, imprevisivelmente, nenhum elemento da Zona Centro, com assento no Secretariado, compareceu.

Não é a primeira vez que este órgão é inviabilizado pela não comparência (ou então ausência) de alguns elementos, o que é bastante grave e nocivo para a Associação.

A esta falha dos nossos mecanismos associativos, bastante preocupante, damos realce noutra local deste número.

FISCALIZANDO O CUMPRIMENTO DOS ESTABULOS E DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS

CONSELHO FISCAL CENTRAL ESTÁ A PROCEDER A UMA ANÁLISE EXAUSTIVA EM TODA A ASSOCIAÇÃO

Dois elementos do Conselho Fiscal Central deslocaram-se recentemente aos Açores (21 a 24 de Junho), onde, no uso das competências deste órgão, procederam a uma profunda análise das delegações de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.

Depois destas delegações, o Conselho Fiscal Central vai proceder à fiscalização directa do funcionamento de outras delegações, procurando, dentro das suas competências e como é sua obrigação, zelar pelo cumprimento das disposições estatutárias e demais normas legais aprovadas pelos órgãos competentes da Associação, desde a Assembleia Geral Nacional, Secretariado Nacional, até à Direcção Central.

Esta determinação do Conselho Fiscal Central, que, para além da análise das situações, está a gerar oportunas propostas de solução para as irregularidades e anomalias encontradas, está bem patente no seu relatório trimestral recentemente elaborado e que se publica neste número do «ELO».

Nesta sua deslocação aos Açores, o Conselho Fiscal Central constatou que as delegações da ADFA aí existentes se revestem de características muito especiais e diferentes entre si. Como primeiro factor dessas características é apontada a distância de Lisboa e o facto de fazerem parte de uma região autónoma, o que marca a ausência de ligações mais funcionais com a Sede e os órgãos Centrais.

Como diferenças, é realçado o facto de a delegação de Ponta Delgada se afirmar com um grande dinamismo e trabalho realizado, enquanto a delegação de Angra do Heroísmo se caracteriza por uma actividade muito reduzida.

Estes dois factos, para além de outros mais de pormenor, são devidamente ponderados pelo Conselho Fiscal Central, propondo a propósito medidas de fundo capazes de resolver os problemas daí decorrentes mais de acordo com a realidade dos Açores e procurando melhor servir os sócios daquela Região Autónoma.

A Direcção Central está a analisar as propostas do Conselho Fiscal, procurando através das suas competências ou accionando os mecanismos associativos necessários, aproveitar este trabalho para desencadear a adopção das soluções adequadas.

EDITORIAL

(Continuação da 1.ª pág.)

reabilitação, bem como em grupos de trabalho e comissões especializadas.

Não sabemos, porque não somos constitucionalistas, se, tecnicamente, seria possível uma redacção deste tipo. Estamos certos, contudo, de que sempre seria possível, de qualquer maneira, expressar a ideia por nós defendida. O importante seria que os deputados se tivessem preocupado com esta questão. Mas não se preocuparam. Passaram adiante. De nada valeu o humilde contributo que uma organização à parte das estruturas partidárias pretendeu dar nesta tarefa de interesse nacional que é a revisão constitucional.

Poderíamos tecer aqui algumas considerações sobre as actualmente tão faladas «negociatas» a propósito da nova redacção de alguns artigos da Constituição e constatar, com indignação, que essas exaustivas discussões não se têm verificado a propósito de disposições como esta, em que se pode ou não dar uma expressão mais conforme com os anseios dos cidadãos, mas sim a propósito das que, num futuro próximo, poderão facilitar mais o acesso ao Poder desta ou daquela força política — abstermo-nos, contudo.

Este facto, este ignorar de uma singela proposta de redacção para um artigo da Constituição apresentada por uma simples Associação de deficientes, poderá parecer mesquinho perante a grande problemática da «repartição de poderes», mas faz-nos sentir a nós, que andamos, por acaso, muito voltados para os problemas que a condição de deficiente nos provoca, uma imensa tristeza e uma nostalgia muito grande de dias vividos nos finais do mês de Abril de 1974, em que imperava a esperança de que a política, a partir daí, seria definitivamente uma acção libertadora da sociedade e não mais uma pista de corrida para o controlo do Estado.

DEPOIS DO AID PLANO NACIONAL DE ACÇÃO CONTINUA POR DEFINIR

Depois das Comemorações do Ano Internacional do Deficiente os órgãos de reabilitação nomeadamente o Secretário Nacional de Reabilitação, deverão agora empenhar-se na elaboração de um Plano Nacional de Acção para a década em curso (até 1990).

A elaboração deste plano de acção corresponde às recomendações da ONU sobre o AID e resulta do Despacho do Ministro de Estado e Qualidade de Vida publicado no Diário da República de 27 de Abril passado.

Este Despacho, que publicamos já na íntegra em número anterior do «ELO», determina que «o Secretariado Nacional de Reabilitação deverá, no âmbito da sua competência e no mais curto prazo de tempo, apresentar para apreciação o Plano Nacional de Acção para a década em curso, bem como os projectos de diplomas que respondam às sugestões e metas apontadas.»

Esta decisão do Ministro de Estado surge na sequência da apreciação do relatório do AID, num extenso documento que dá conta das várias actividades desenvolvidas pela estrutura oficial das comemorações.

Interessa ainda realçar, a propósito deste Despacho, que o mesmo aponta para a adopção de uma resolução por parte do Governo que «demonstre a vontade política de colmatar as falhas existentes e conduza ao empenhamento, sob coordenação e acompanhamento do Secretariado Nacional de Reabilitação, das acções executadas em todos os departamentos e instituições com responsabilidade nesta área.»

Demonstra, assim, este Despacho uma intenção clara de corresponder no nosso País às recomendações da ONU sobre o Ano Internacional do Deficiente. Resta agora saber se não iremos ficar no domínio das intenções, sem os correspondentes resultados práticos, como sucedeu, aliás, com as próprias comemorações do AID.

Para já, note-se que o Conselho Nacional de Reabilitação, a quem, em primeira instância, cabe apreciar esta «intenção do Governo» e empenhar-se na sua materialização, não tem conseguido reunir por falta de quorum, conforme referimos no último número do «ELO».

RELATÓRIO DO AID: UM EXTENSO DOCUMENTO COM CONTEÚDO REDUZIDO

O relatório do Ano Internacional do Deficiente, elaborado no Secretariado Nacional de Reabilitação é um documento muito extenso, cujo conteúdo não lhe corresponde em dimensão.

Para além das próprias acções desenvolvidas pela estrutura organizativa das comemorações, este relatório dá conta de actividades específicas de alguns ministérios durante o ano de 1981. De entre estes destaca-se o Ministério do Trabalho e surge sem qualquer realce na sua acção o Ministério da Educação.

Numa apreciação geral, este relatório denota que, teoricamente, houve, em Portugal, poucas estruturas e organizações empenhadas no AID, mas não traduz os resultados objectivos desse empenhamento teórico, porque, de facto, eles são diminutos. Trata-se de mais num elemento teórico que fica, ao lado de muitos outros, a fazer parte dos arquivos da reabilitação em Portugal, comprovando mais uma vez, que temos, pelo menos, bons teóricos sobre esta matéria.

Esta apreciação, aliás, não se limita às actividades do AID, é extensiva aos vários departamentos de Estado que se ocupam dos assuntos dos deficientes. O próprio Secretariado Nacional de Reabilitação se tem evidenciado essencialmente como um organismo que tem um bom corpo de técnicos capazes de produzir estudos adequados sobre os problemas que afectam os deficientes.

Em posteriores números do «ELO» voltaremos a referir-nos ao conteúdo do relatório do AID. Para já, e para terminar esta primeira abordagem, reproduzimos a seguir as conclusões da Sub-Comissão para a Reabilitação de Cegos Adultos Recentes, de que a

ADFA fez parte através de um representante.

1. Reestruturação dos Centros de Reabilitação de Deficientes Visuais, atendendo aos seguintes aspectos:

- a) ter uma valência de atendimento a jovens cegos recentes, com uma programação específica, contemplando todos aqueles que já não estão abrangidos pelo sistema escolar;
- b) ter eles próprios valências de resposta no campo do apoio domiciliário;
- c) criar uma estrutura de atendimento a deficientes

visuais, cujo residuo seja superior a 0,1;

- d) promover acções de reciclagem periódicas dos deficientes visuais, a fim de que os mesmos tomem contacto com novas técnicas e aperfeiçoem os seus conhecimentos em determinadas áreas;
- e) integrar, nas suas equipas técnicas, pessoas cegas recentes, que melhor poderão compreender e apoiar o jovem que acaba de cegar, desde que o seu perfil se coadune com o posto de trabalho a desempenhar.

f) necessidade de haver uma íntima articulação entre os Centros de Reabilitação de Cegos e as suas Associações, de modo a assegurar uma continuidade no processo de reabilitação, criando assim hipóteses de soluções mais eficazes para os problemas relacionados com os utentes destes dois tipos de instituições.

2. Criação de lares de apoio a deficientes visuais adultos destinados a:

- a) empregados que, independentemente do vencimento que auferem, dificilmente encontram possibi-

lidades de se alojar, quer em casa própria, quer mesmo em quartos alugados;

- b) jovens estudantes sem condições financeiras para suportarem as despesas inerentes a qualquer tipo de alojamento;
- c) pessoas cegas, com deficiências adicionais, privadas de assistência familiar.

3. Proposta de continuação da actividade desta Sub-Comissão, através da criação de Grupos de Trabalho específicos responsáveis pelo estudo das medidas apontadas nos pontos anteriores.

COM A PRESENÇA DE UMA DELEGAÇÃO ESPANHOLA

3.º ANIVERSÁRIO DO G. D. B. «A JOANITA»

Levou o GDR «A Joanita» a efeito mais um aniversário, terceiro deste simpático clube que não deixa de nos surpreender com mais uma das suas arrojadas iniciativas.

Estes festejos contaram com a participação da Federação Espanhola de Desportos para Minusválidos, a Câmara Municipal de Oeiras e o Centro de Reabilitação de Alcoitão.

O aniversário foi iniciado por um colóquio que teve na mesa a prof.ª MARIA AUGUSTINA TAMAYO, responsável pela Embaixada Espanhola, o Presidente da «Joanita» Lobato Faria, o vice-Presidente da Organização MUNDIAL de Pessoas Deficientes, o Doutor João M. Lopes Ferreira, também especialista na matéria, da O. N. U. e da O. I. T., o presidente da Junta de Fre-

guesia de Carnaxide, e um representante da C. M. O.

No que diz respeito à Federação espanhola, foi da máxima importância a experiência trocada. A FDEM tem cerca de 10 000 praticantes, participa nos Jogos Olímpicos, nos campeonatos de âmbito internacional e realiza campeonatos nacionais de deficientes em várias modalidades. São campeões mundiais e olímpicos em várias provas, nomeadamente em natação. Segundo declarações da professora Augustina Tamayo, contam com bastantes dificuldades na realização das suas tarefas, mas a participação dos deficientes tem subido em flecha. Manifestou-nos ainda o seu pesar e estranheza pelo facto de não existir em Portugal uma Federação. O dr. Lopes Ferreira focou, entre outras coisas, a necessidade que existe de os deficientes participarem activamente na resolução dos seus próprios problemas, acabando com a marginalização a que são votados, nomeadamente em organismos internacionais como a O.N.U. e a O.I.T.

No sábado de manhã, dia 12 de Junho, realizaram-se provas de natação na piscina municipal do Areiro. A tarde, houve um beberete na Estufa Fria de Oeiras, oferecido pela C.M.O., onde esteve presente o Sr. Presidente da Câmara. Tem sido de grande empenhamento a colaboração do respectivo pelouro para com este clube e o desporto de deficientes em geral. Seguiu-se uma gincana em cadeira de rodas, numa praça de Algés, com a presença de muito público. À noite, realizaram-se jogos mistos de basquetebol. Fizeram-se 3 mistos e um deles jogou com a selecção nacional B espanhola e mesmo assim, a selecção portuguesa perdeu por uma margem enorme, atestando, a quem queira ver, a fragilidade do nosso desporto.

No domingo, foram encerrados os festejos, com provas de atletismo, no Estádio Nacional.

Estão de parabéns os «Joanitas», os seus directores, técnicos, atletas e todos os sócios, pela forma militante como souberam ultrapassar as suas dificuldades e insuficiências estruturais.

Apresentamos a seguir os resultados das várias provas realizadas:

NATAÇÃO

25 metros livres

Carlos Noivo (A.D.F.A.)	20.00
Amadeu Silva (Gdr. Joanitas)	20.20
Roque (A.D.F.A.)	24.10
Leonardo (Gdr. Joanitas)	28.30

100 metros costas

Alberto Gomes Poso (Espanha)	1.29.0
------------------------------------	--------

50 metros bruços

Francisco Xavier (Espanha)	1.03.6
Diego Escudeiro (Espanha)	1.07.9
Roque (A.D.F.A.)	1.15.0
Rogélio Frutos (Espanha)	1.23.5

25 metros costas

Roque (A.D.F.A.)	28.70
José João (Gdr. Joanitas)	38.00
Vasco Jorge (Gdr. Joanitas)	38.60

100 metros livres

Alberto Gomes Poso (Espanha)	1.07.2
João Cardoso (Gdr. Joanitas)	1.28.5
Henrique Mira (Luís Braille)	1.40.0

Por equipas

José João, Rafael Filipe e João Cardoso (Gdr. Joanitas)	1.12.2
Roque, José Arruda e Carlos Noivo (A.D.F.A.)	1.17.8
Vasco, Amadeu e Fernando (Gdr. Joanitas)	1.36.0

50 metros livres

João Cardoso (Gdr. Joanita)	39.90
Diego Escudeiro (Espanha)	42.40
Francisco Xavier Poso (Esp.)	46.80
Rogélio Frutos (Espanha)	53.50
Fernando Oliveira (Gdr. Joan.)	54.10

25 metros bruços

Rafael Filipe (Gdr. Joanita)	23.40
José Arruda (A.D.F.A.)	35.10
Fernando Silva (Gdr. Joanita)	40.00

100 metros bruços

Alberto Gomes Poso (Espanha)	1.40.8
Carlos Noivo (A.D.F.A.)	2.13.5

50 metros costas

Rogélio Frutos (Espanha)	47.00
Francisco Xavier Poso (Esp.)	52.00
Diego Escudeiro (Espanha)	44.08
José João Carvalho (Gdr. Joan.)	1.09.7
Vasco Jorge (Gdr. Joanita)	1.23.8

Estafeta — 3x25 estilos

Rogério Frutos, Francisco Xavier e Diego Escudeiro (Espanha)	1.09.3
--	--------

ATLETISMO

60 metros de pé

Luísa Diogo (A.P.D.)	10.00
José Sedano Cano (Espanha)	7.30
Manuel Surando (Espanha)	8.09

100 metros cadeiras

Ricardo Nunez (Espanha)	19.40
João Cardoso (Gdr. Joanita)	22.30
Cesário Ruiz (Espanha)	22.60
Jesus Torres (Espanha)	23.70
Luís Quaresma (Gdr. Joanita)	24.30
José Borges (C.M.R.)	24.60
José J. Carvalho (Gdr. Joan.)	25.70
Pedro Alonso (Espanha)	26.10
Horácio Ferreira (A.D.F.A.)	27.20
Luís Almeida (Gdr. Joanita)	29.30
Amadeu Silva (Gdr. Joanita)	35.00

800 metros em pé

José Arruda (A.D.F.A.)	3.04.4
António Neves (Gdr. Joanita)	3.06.6

1500 metros cadeira

Ricardo Nunez (Espanha)	5.54.4
João Cardoso (Gdr. Joanita)	6.28.0
Armando Baptista (C.M.R.)	7.23.6
Luís Quaresma (Gdr. Joanita)	7.33.1
Fernando Silva (Gdr. Joanita)	7.35.8
José J. Carvalho (Gdr. Joanita)	7.47.3
Joaquim Mendes (Gdr. Joanita)	8.04.1
Carlos Oliveira (Gdr. Joanita)	8.44.3
José Duarte (Gdr. Joanita)	8.47.7

PESO de pé

Orlando Reis (A.D.F.A.)	10.19
Manuel Sorano (Espanha)	9.76
José Sedano (Espanha)	9.52
José Fernandes (A.D.F.A.)	7.85
Fernando Carvalho (A.D.F.A.)	7.73

PESO — cadeira

Matias Blasques (Espanha)	5.77
Horácio Ferreira (A.D.F.A.)	5.31
Carlos Noivo (A.D.F.A.)	5.20
José Morais (C.M.R.)	5.11
Manuel Noite (Gdr. Joanita)	3.28

DARDO de pé

Fernando Carvalho (A.D.F.A.)	23.50
Joaquim Rio (A.D.F.A.)	—

DARDO — cadeira

Matias Blasques (Espanha)	14.70
Manuel Palma (C.M.R.)	14.24
Fernando Silva (Gdr. Joanita)	12.70
Carlos Oliveira (Gdr. Joanita)	8.88
José D. Silva (Gdr. Joanita)	8.48
Joaquim Mendes (Gdr. Joanita)	7.54
Manuel Noite (Gdr. Joanita)	6.72

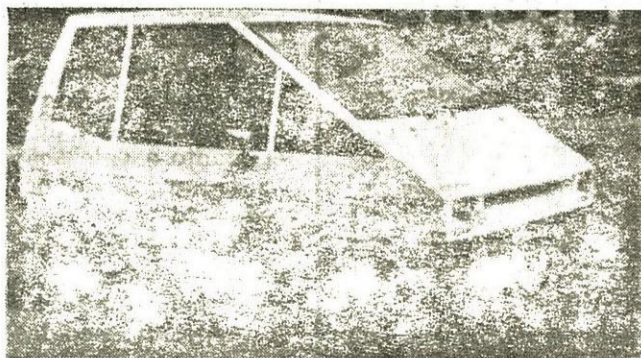
DISCO de Pé

Orlando Reis (A.D.F.A.)	27.08
-------------------------------	-------

OBS. — Não possuímos os tempos dos 4x100 metros e dos 1500 metros de Pé. A comissão técnica não autorizou o lançamento do disco, com excepção para o representante da A.D.F.A., por não considerar reunidas as condições mínimas de segurança.

CONCEBIDO NA INGLATERRA

«MINI» ADAPTADO PARA DEFICIENTES DE CADEIRA DE RODAS



A revista do Automóvel Clube de Portugal, numa das suas últimas edições, publicou uma notícia sobre a concepção de uma viatura na Inglaterra especialmente adaptada para deficientes que se desdobram em cadeira de rodas.

Trata-se do Elswick Envoy, que tem por base a mecânica dos Minis. Esta viatura está equipada com uma rampa na porta traseira, permitindo a entrada do deficiente directamente com a sua cadeira de rodas. Além disso, no interior, a cadeira de rodas é fixada e o deficiente pode conduzir sem ser preciso transferi-lo para o assento normal do automóvel.

A Grã-Bretanha está a lançar esta viatura no mercado europeu, esperando vir a obter êxito comercial.

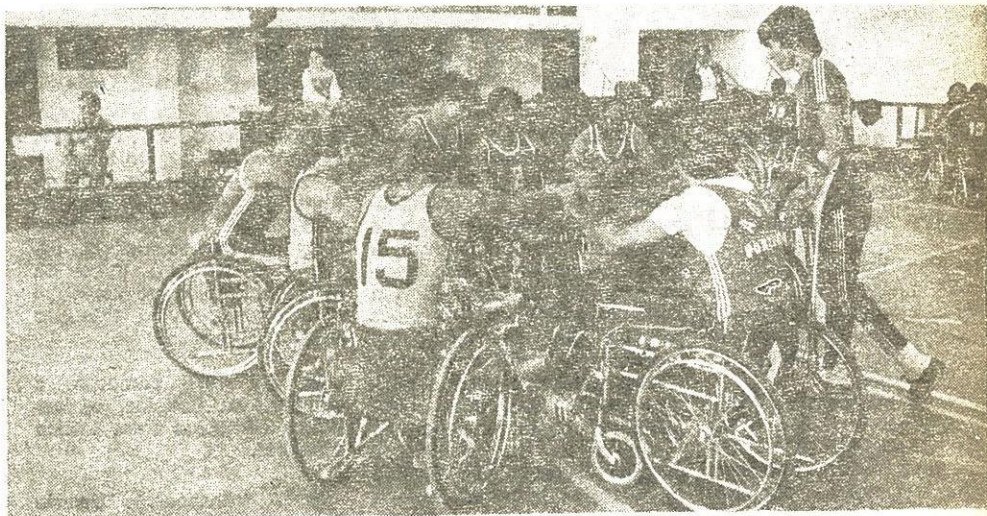
PÁGINA DESPORTIVA

PORQUÊ UMA PÁGINA DESPORTIVA

A prática do desporto na ADFA é já uma tradição e uma realidade. O número de notícias que vêm em todos os números do «Elo» é significativo. A preocupação que quase todas as delegações vão tendo na sua prática é cada vez maior. Por estes motivos, considerou-se importante e necessária a organização desta página desportiva.

Pretende-se, duma forma organizada, sistemática e tanto quanto possível profunda, proporcionar aos nossos leitores uma visão geral daquilo que na ADFA e fora dela, no país e no estrangeiro se faz em prol do desporto para deficientes.

Desde já contamos que as diversas zonas e delegações prestem a sua colaboração a esta página enviando artigos e notícias que permitam imprimir uma informação de âmbito nacional. Quanto aos leitores em geral, contamos que também participem com a sua prestimosa ajuda.



BREVE HISTÓRIA DO DESPORTO PARA DEFICIENTES

Por REGINA MIRANDELA DA COSTA *

O despertar da sociedade para o mundo dos deficientes começa a ter um significado diferente do que existia há cerca de dois decénios, mas foi neste período que surgiram as primeiras preocupações sobre este tema, nomeadamente os aspectos médicos que ele envolvia.

Não iremos, de imediato, fazer uma análise do fenómeno desportivo entre os deficientes, mas apenas referir, cronologicamente, as etapas que foram decisivas para a criação de diversas estruturas e movimentos que são hoje suporte de toda a actividade actual.

1888 — Criou-se, na Alemanha, o primeiro Clube para Deficientes em que o Desporto ocupa um lugar de relevo. No entanto, apesar do esforço desenvolvido por técnicos especialistas e médicos, acaba por extinguir-se após alguns anos de actividade.

1914-1918 — Com a Guerra Mundial e o aumento do número de deficientes o movimento em prol do Desporto tem uma significativa expressão, principalmente nos hospitais e centros de deficientes, ocupando grande parte das horas de lazer dos doentes.

1922 — Na Inglaterra surge o Clube dos Motoristas Deficientes, com 900 membros, mais tarde reconhecido pelo Governo como representante das associações de motoristas deficientes.

1924 — Após alguns anos de trabalho funda-se o Comité Internacional dos Desportos Silenciosos (C. I. S. S.) que congrega as várias associações existentes de surdos.

1932 — Em Glasgow, surge a Sociedade Inglesa dos Golfistas de um só braço; mais tarde, nos Estados Unidos da América, é criada a Associação Nacional dos Golfistas Amputados.

1939-1945 — Após a 2.ª Guerra Mundial, o processo desportivo na área dos deficientes toma um impulso muito grande e estende-se a vários países do mundo.

Em 1944 é aberto, no Hospital de Stoke Mandeville, o primeiro Centro de Tratamento de Lesões na Coluna que iria, a partir daqui, estabelecer uma nova era no desporto para deficientes; a actividade física e desportiva começa a fazer parte do trabalho diário do doente.

1948 — Realizam-se os 1.ºs jogos Stoke Mandeville com a participação de 16 elementos (14 homens e duas senhoras) numa só modalidade — Tiro com Arco.

mero de praticantes foi progressivamente aumentando, bem como as modalidades desportivas.

1952 — Stoke Mandeville abriu as suas portas a outros países e têm lugar os 1.ºs Jogos Internacionais, com a participação de 400 atletas representando 58 países. Funda-se o Comité Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville e fica decidido que, todos os anos, os Jogos seriam realizados na última semana de Julho, em Stoke Mandeville, com excepção do ano dos Jogos Olímpicos, em que se preconiza a realização dos Jogos para deficientes no local daqueles, dependendo a sua homologação do Comité Olímpico Internacional.

1960 — Os primeiros Jogos Mundiais para Deficientes têm lugar em Roma — no estádio onde se realizaram os Jogos Olímpicos — com a participação de 400 atletas em cadeiras de rodas, representando 22 países. Pela primeira vez os deficientes tiveram a sua Para-Olimpiada.

No final dos Jogos, o Papa João XXIII concedeu uma audiência especial a todos os atletas e dirigentes em que afirmou: «Vós sois um exemplo vivo do milagre da vontade. Para nós, sois um modelo inequívoco que devemos realçar, porque pode constituir para todos nós uma ajuda. Na verdade acabais de nos demonstrar o que um espírito enérgico pode realizar, mesmo quando os obstáculos físicos pareçam quase insuperáveis.»

1964 — Jogos Mundiais de Tóquio com 340 atletas em cadeira de rodas, representando 23 países. O Desporto venceu novamente. O Governo japonês mandou construir uma fábrica onde pudessem trabalhar paraplégicos e outros grandes deficientes.

Mais tarde outras surgiram... Ainda neste ano, sob a tutela da W. V. F. (World Veterans Fondation) é fundada a I. S. O. D. (International Sport Organization for the Disabled).

1967 — Tiveram lugar em Winnipeg (Canadá), os 1.ºs Jogos Pan-Americanos, com a presença de paraplégicos, pólios e amputados, representando a Argentina, Canadá, Estados Unidos da América, México, Trinidad e Tobago. Desta iniciativa resulta o Conselho Pan-Americano, cujo objectivo é a realização dos Jogos nos países do continente americano em cada dois anos.

Entretanto, graças ao seu prestígio a I. S. O. D. torna-se

independente e autónoma, com sede em Stoke Mandeville.

1968 — Por dificuldades de organização e de carácter médico, as Para-Olimpiadas foram realizadas em Israel e não no México. Nestes Jogos o numeroso público que esteve presente em todas as actividades proporcionou aos atletas um ambiente agradável e acolhedor.

1972 — Heldelberg, pequena cidade da República Federal da Alemanha, país organizador dos Jogos Olímpicos, recebeu 1000 atletas e 400 dirigentes e técnicos, representando 44 países, na 4.ª Para-Olimpiada dos Deficientes. Há a assinalar a representação de PORTUGAL que, pela primeira vez, participa numa competição internacional.

1975 — Realizaram-se em Tóquio os 1.ºs Jogos Internacionais do Pacífico, abrindo novos caminhos ao desporto para deficientes.

1976 — Pela primeira vez o Comité Olímpico Internacional autoriza a que os Jogos Mundiais ou Para-Olimpiadas dos Deficientes possam chamar-se Jogos Olímpicos para Deficientes. Assim, Toronto, bela cidade do Canadá, preparou a recepção a 1560 atletas e dirigentes para participarem nos Jogos Olímpicos para Deficientes.

1979 — É criada a Federação Europeia de Educação Física e Desportos para Deficientes Mentais, com sede no Luxemburgo.

1980 — Arnhem — Holanda com a presença de 3500 participantes em representação de 43 países, nestes Jogos Olímpicos foi notória a qualidade e «performance» dos atletas. Alguns exemplos:

1.96 m no salto em altura (depois dos 2.08 em pista coberta) do canadiano Arnie Boldt, amputado femural; 100 m em cadeira de rodas em 17'06 do americano Parks — paraplégico, classe 4; 12'06 aos 100 metros pelo invisual dinamarquês Sutter; 1'08.54 nos 100 metros livres do nadador israelita Bergman — Paraplégico — classe 5.

«Nada ganhei, absolutamente nada, mas isso não tinha participado, tinha alinhado com outros homens, tinha-me interessado por eles, fiquei a saber coisas a seu respeito e voltei para casa muito mais feliz. E feliz fiquei desde então.»

Estas palavras proferidas por Bill Guffiths, deficiente visual e amputado dos dois antebraços, na 1.ª Conferência Nacional sobre o Desporto para Deficientes são bem elucidativas sobre a importância que o desporto tem para além do aspecto competitivo. Princípios idênticos foram sempre defendidos pelo grande criador e dinamizador do Desporto para Deficientes — Sir Lu-

dwig Guttman que afirma: «O objectivo fundamental do Desporto para Deficientes é ajudá-los a recuperar o lugar que lhes compete no mundo que os envolve»...

A temática abordada numa perspectiva de grandes encontros, e fundamentalmente no domínio das actividades, mostra-nos um percurso que visa a promoção da prática desportiva para os deficientes e a conquista no domínio das instalações e do equipamento, a abolição de barreiras arquitectónicas, a formação de técnicos especializados para um apoio correcto face aos condicionamentos, toda uma documentação de apoio às diferentes áreas de um processo de desenvolvimento (livros, revistas, filmes, etc.) e finalmente a implantação de uma estrutura orgânica de enquadramento de todas as áreas referidas.

(*) Professora e Educação Física ligada ao desporto para deficientes.

BASQUETEBOL EM CORUCHE

Realiza-se no dia 14 de Agosto, pelas 21 horas, um jogo de basquetebol em cadeira de rodas entre as equipas da ADFA e um misto de Lisboa.

Este jogo é incluído nas festas populares de Coruche. Findo o encontro é oferecido um jantar pela Câmara Municipal de Coruche.

A ADFA TEM A MELHOR EQUIPA NACIONAL DE BASQUETEBOL EM CADEIRAS DE RODAS

Com a realização no dia 4 de Julho da 5.ª e última jornada do torneio de basquetebol em cadeira de rodas organizado pela DGD. A ADFA sagrou-se campeã ao vencer a «Joanita» por 20-12.

FORMAÇÃO DA EQUIPA:
António Botelho, Jorge Neto, Fernando Carvalho, Victor Borges, Carlos Noivo, Manuel Delgado, Horácio Ferreira.

Este torneio teve o seu início no dia 9-5-82. Participaram 6 equipas de Lisboa; APD, ADFA, Alcoitão e Joanita, tendo a APD e a «Joanita» participado com duas equipas cada.

A pontuação final foi a seguinte:

GINÁSTICA DE MANUTENÇÃO NA DELEGAÇÃO DO PORTO

LEMBRE-SE QUE

- 1 — Ter uma deficiência não é razão para a inactividade
- 2 — 40% do peso total do corpo é constituído por músculos, 15% pelo peso do esqueleto
- 3 — Que o coração em repouso impulsiona cerca de 5 litros/min. de sangue e em esforço pode bombear 15/20 litros
- 4 — O exercício regular pode ser comparado à lubrificação na manutenção de um automóvel
- 5 — A actividade física regular modifica, em termos favoráveis, a taxa de triglicéridos e talvez de colesterol no sangue
- 6 — Que o modo de vida e a alimentação são responsáveis importantes nas doenças cardiovasculares
- 7 — A actividade física pode ser praticada em grupo, e daí o melhoramento das relações interpessoais.

FACE A ISTO, ENTÃO QUE ESPERA?

Movimente-se, conviva, relacione-se, crie condições para a manutenção de um melhor estado de saúde e bem-estar.

MAS, COMO?

Inscrevendo-se em mais uma actividade da Delegação do Porto, e que não é, nem mais nem menos, do que *Ginástica de Manutenção!*

Está portanto de parabéns a nossa equipa de basquetebol que viu compensados os seus esforços e demonstrar a melhor equipa nacional.

É de realçar o papel desenvolvido por esta equipa na divulgação do desporto para deficientes e, de modo mais geral da própria ADFA, em múltiplas demonstrações que tem realizado durante este ano.

É merecedora de destaque a nossa secção de desporto que tem sabido estar à altura da situação, resolvendo todos os problemas técnicos e organizativos que lhe têm surgido.

TIRAGEM DESTA NÚMERO:
7500 EXEMPLARES

PÁGINA CULTURAL

OS COMBOIOS

Sabe ao que se ficou devendo a obrigatoriedade do apito nos comboios?

Por mais estranho que pareça, foi devido a um acidente ferroviário de que resultou a gigantesca «gemada» de ovos com 50 quilos de para à mistura...

Estava-se no ano de 1883 e Inglaterra. Na linha férrea vai da cidade de Leices- a uma outra chamada nnington, uma locomoti- que rebocava um com- o com destino à segunda, chocar com uma carroça, puxada por um cavalo, vessava uma passagem de el.

Escusado é dizer que, na- de tempo, não havia can- is ou qualquer outra espé- de resguardado nas pas- de nível, nem a apro- ação dos comboios era as- lada. Quando muito, era próprio maquinista que se ia de uma corneta não to diferente das que, nu- ou noutra aldeia mais pri- va, ainda hoje se serve o teiro ou o vendedor de óleo para assinar a sua sença.

ra, a carroça em causa, sportava um carregamen- de batatas e ovos com tino ao mercado de Lei- er. Mas como, por qual- motivo, o maquinista não se tido tempo para fazer da corneta, o certo é que noque foi inevitável; e daí, n da morte do cavalo, ter arroça ficado destruída, as atas feitas em puré e os, é claro, todos partidos. acidente causou tamanha ção, sobretudo entre as ulações rurais que já não com bons olhos os com-

boios, porque lhes causavam, por vezes, incêndios nas sear- ras, que o próprio director da Companhia se pôs imediata- mente em contacto com o construtor das locomotivas, a quem perguntou se não haveria maneira de arranjar um apito soprado pelo vapor da caldeira que as punha em movimento. A ideia foi apro- veitada e dela nasceu a obri- gatoriedade dos apitos nos comboios, posta em vigor em Inglaterra no ano de 1836, e no ano imediato em França na histórica linha de Paris a Saint Germain.

Conhece alguma coisa sobre a história dos Caminhos de Ferro portugueses?

Como é natural que pouco saiba, aí ficam algumas da- tas a título de curiosidade:

● O primeiro documento de que há notícia, relaciona- do com a construção de ca-

E faz alguma ideia de quanto lhe custaria viajar de comboio há 100 anos atrás?

Estamos em crer que não faz. Exactamente por isso, a seguir lhe indicamos o preço respectivo e, já agora, quanto tem hoje de pagar pelo mesmíssimo percurso:

	Custava-lhe há 100 anos			Custa hoje (*)	
	1.º cl.	2.º cl.	3.º cl.	1.º cl.	2.º cl.
De Lisboa a Coimbra — no «Foguete»	4\$330	3\$370	2\$410	555\$00	370\$00
De Lisboa ao Porto — no «Foguete»	6\$690	5\$210	3\$720	1120\$00	535\$00
De Lisboa a Évora	2\$390	1\$900	1\$300	350\$00	235\$00
Do Porto a Braga	1\$030	\$800	\$570	162\$00	108\$00

(*) Preços praticados em Outubro de 1981. Extraído do Almanaque da D. G. E. A.

minhos-de-ferro em Portugal, é do tempo de D. Maria II e tem a data de 19 de Abril de 1845. Todavia, só em 28 de Outubro de 1856 seria inaugurado por D. Pedro V o primeiro troço da rede nacional entre Lisboa e o Carregado, numa extensão de 36 quilómetros.

● Em 1870 começam a circular, via Badajoz, os primeiros comboios entre Lisboa e Madrid.

● A transposição do rio Douro entre Gaia e a esta- ção de Campanhã foi feita a 4 de Novembro de 1876, atra- vés da Ponte Maria Pia cons- truída pelo francês a quem se ficou devendo a célebre Torre Eiffel e o Metropolita- cno de Paris. Cahamava-se ele Gustavo Eiffel e foi destaca- da figura do seu tempo. A ponte de D. Maria foi cons- truída no tempo «record» de 22 meses e nela trabalharam, em média, 150 operários por dia.

● O luxuoso «Sul-expres- so» ligando Lisboa a Paris foi criado em 1887, ano em que igualmente se procedeu à inauguração da linha de Sintra.

● A ligação de Campoli- de à estação central do Ros- sio, em Lisboa, através de um túnel com 2600 metros de comprimento, foi feita em 1889.

● Em Setembro de 1894, é inaugurada a iluminação eléctrica da estação do Ros- sio.

● A electrificação da re- de portuguesa iniciou-se pe- las linhas suburbanas de Li- boia e Porto e na linha do Norte. Os dois primeiros troços a ser electrificados foram a linha de Sintra (em Abril de 1957) e a fracção de Lisboa ao Entroncamento, em Junho do ano seguinte.

● A electrificação das li- nhas da CP abrange actual- mente 430 quilómetros no to- tal dos 3588 quilómetros que constituem a rede nacional.



— Ora bem, menino, diga-me cá: nos sítios onde estes têm moscas, há...?
— Há televisão, senhor professor!

OS INIMIGOS DA FLORESTA

Em tempos imemorais um país como Portugal esteve re- vestido de extensas selvas, onde animais e plantas de muitos géneros viviam em har- monia.

Mais tarde, com o aumento das necessidades de uma po- pulação crescente, os bos- ques foram derrubados, ce- dendo lugar a campos agri- cultados, a pastagens, a flo- restas artificiais. O equilíbrio primitivo foi destruído e cer- tos problemas tornaram-se gra- ves, quando antigamente se compensavam mutuamente, de modo que quase não se dava por eles.

Sempre terá havido fogos nas florestas. Muitos por cau- sas naturais. Mas é evidente

que são os homens os prin- cipais responsáveis pelos in- cêndios florestais. Por incúrta, por maldade, ou até por con- veniência. De qualquer modo é um flagelo, que sendo his- toricamente explicável em dias remotos, hoje urge evitar atra- vés de precauções para que tal não aconteça. Há que tomar grandes cuidados quando é necessário fazer lume den- tro ou perto das matas. E com- pete aos técnicos silvicultores promover a defesa destas, na medida do possível, planean- do as matas do futuro de molde a torná-las tão resistentes não só a esta adversidade, como a tantas outras que as ameaçam.

De facto, são muitos e vá- rios os agentes depredadores das florestas. Há os insectos que comem as folhas, que abrem galerias nos troncos, que roem as raízes, os fungos e os cogumelos que as ata- cam, os animais que lhes cau- sam prejuízos, não só os bra- vios como os domésticos que por vezes excedem as dispon- bilidades de alimentação que estas lhes podem fornecer. Além, não se deve condenar a caça ou proibir o pastoreio dos gados domésticos. Haverá sempre um justo e sensato modo de se conseguir a con- vivência dos animais e das plantas.

É impossível, num pequeno texto enunciar todos os inimi- gos das florestas, ensinar a conhecê-los, dar conselhos so- bre os meios de os combater. Eles são tantos! Não podemos esquecer as tempestades, os nevões, as enxurradas. É pre- ciso, sobretudo, que se saiba que as florestas são sensíveis a muitos perigos e danos, e que manda a inteligência e o civismo que as defendamos na medida do possível e que saibamos combater os aciden- tes quando surjam. Escusado seria acrescentar que todos, sem excepção, as devemos tratar o melhor que pudermos. Os jovens camponeses de ho- je, aspirantes a agricultores de um amanhã próximo, têm de se preparar para encarar o futuro com tranquilidade di- ferente das gerações que os precederam, compreendendo que a vida nos campos pode ser tão digna e satisfatória como em qualquer outro lugar. Conhecer bem as florestas, as suas vantagens e saber en- frentar os perigos que não- de surgir, poderá ajudá-los a tomar a opção de escolherem a profissão dos seus pais.

Com certeza seriam insufi- cientes estas simples palavras para ensinar algo no que se refere aos inimigos das florestas. Trata-se apenas de um pequeno grito de alerta. Eles existem, podemos evitá-los. Muitas vezes basta a simples reflexão.

(Centro de Documentação e Informação da DGOGF).

PROVÉRBIOS

Com bom sol se estende o caracol

*

Caminha pela estrada e acharás pousada

*

A arma e o algiudar não se hão-de emprestar

SAÚDE E HIGIENE

O TÉTANO

É uma grave doença provocada por um mi- cróbio, e apanha-se quando o micróbio entra numa ferida.

Quando se apanha o tétano, o que primeiro se sente é, quase sempre, a dificuldade de abrir a boca e engolir. Depois, a contração dos mús- culos pode estender-se a todo o corpo e ser, por vezes, a causa de muitas mortes.

Os micróbios do tétano vivem no intestino de certos animais, de modo muito especial no do cavalo e da vaca.

Saem com a fezes desses animais e espalham-se pelos campos, pelos caminhos e casas.

Quando o micróbio penetra numa ferida pro- duz uma substância altamente venenosa que é causadora do tétano.

As feridas mais perigosas para o micróbio se alojar são as feitas com pregos, arames, latas ou qualquer outro objecto sujo de terra ou fezes de animais.

O tétano não é doença que se pegue ou trans- mita de uma pessoa para a outra, mas todas as pessoas a podem contrair se não estiverem contra ela vacinadas.

A vacinação é, de resto, o único meio seguro para evitar o tétano.

Mas, mesmo que esteja vacinado, nunca dei- xe de lavar e desinfectar convenientemente todas as feridas.

Nas crianças, a vacina é feita em três doses, devendo o seu reforço fazer-se de cinco em cinco anos. As crianças devem começar por ser vacinadas aos três meses de idade. Quem se não tenha vacinado na idade própria, deve fazê-lo na primeira oportunidade. E não se esqueça de que o tétano causa ainda, no nosso país, a morte de muitas crianças nos primeiros meses de vida. Também as grávidas se devem vacinar contra esta doença como medida destinada a proto- ger a saúde do futuro bebé.

(Fonte: Texto difundido pelo Serviço de Educação Sanitária da Direcção-Geral de Saúde)

ALIMENTAÇÃO E SAÚDE

Eu vi um camarada dar vinho ao seu filho, criança juvenina. Eu vi, e porque muitos outros farão o mes- por desconhecimento das graves consequências desse facto pode trazer para a saúde de seus filhos, lembrou que seria oportuno, transcrever um ex- to do livro «Ideias Gerais sobre Alimentação racio- ». Eis o que o dr. Emílio Peres diz sobre o assunto:

este momento, em Portu- mais de 100 000 crianças idade escolar não pos- m capacidade para com- ar o ensino primário por sa da ingestão de bebidas ólicas ou de regimes ali- tares inadequados ou pe- duas razões. É rigorosa- mente necessário que não se te uma criança beber ál- ; também mulheres grávi- ou a amamentar devem ter-se de o consumir, pois o atravessa a placenta co- é segregado com o leite; exactamente, é durante a intra-uterina e no primei- ano de vida que o cérebro sistema nervoso, em geral, ram o seu maior desenvol- ento, e o álcool vai preju- r a construção das célu- nervosas; por isso, insisti- : crianças até ao fim da rdade e mulheres grávi- ou a amamentar não po- beber nem uma gota de

qualquer bebida alcoólica. Qualquer dose de álcool, mesmo tolerada sem prejuizo por adultos, destrói definitiva e irremediavelmente o siste- ma nervoso de seres em de- senvolvimento. Excepções fe- lizes, que se possam apontar, não escondem esta triste ver- dade.

A descoberta do mundo e a vida infantil de crianças alco- olizadas ficam comprometidas; quando sobrevivem, serão adultos fisicamente débeis e intelectual e afectivamente li- mitados. A sociedade sofrerá consequências acrescidas de analfabetismo, pobreza criativa, indolência profis- sional, atraso social e per- versão afectiva e do carácter.

Nunca dar bebidas alcoóli- cas a beber a uma criança. Nunca embeber em aguarden- te uma chupeta para que dur- ma melhor. Por ignorância es- tas coisas podem fazer-se;

mas sabendo as consequên- cias, é criminoso permiti-las.

Infelizmente, por falta de cultura, o alcoolismo em Por- tugal é hoje grande problema, que afecta, de forma reconhe- cida e evidente, cerca de 600 000 portugueses. Numero- sas anedotas e histórias, des- culpam, permitem e estimu- lam o consumo de bebidas al- coólicas; água e leite não são para machos. Pagamos caro, em plano individual e colecti- vo, esta mentalidade. Também se diz que o álcool é tónico, que dá força; não é verdade.

Bebidas alcoólicas tomadas só às refeições, e nunca fora delas, dentro dos limites to- lerados, têm algumas virtudes, das quais sobressai o estimu- lo da função digestiva e uma certa desinibição afectiva; daí a sua longa tradição na histó- ria do Homem.

ANEDOTA

O médico: — Então, veja lá, graças a mim, está outro homem.

— O doente: — Esplêndido. Agora é favor o doutor man- dar a sua conta ao outro.

COMPLETA ESTE DESENHO



DELEGAÇÃO DO PORTO**ACTIVIDADES DE 1 DE AGOSTO
A 15 DE SETEMBRO**

7 DE AGOSTO — Dado que o mês de Agosto se destina ao gozo de férias, não haverá a habitual reunião do mês, nem o Serviço de Apoio Social estará aberto na manhã desse dia. No entanto, a Delegação estará aberta durante a tarde, sendo projectado, pelas 16h00 o filme: «O regresso do Inspector martelada», com Bud Spencer e Nancy Sit.

4 DE SETEMBRO — O Serviço de Apoio Social (Secretaria) estará aberto das 9h00 às 12h30.

14h30 — Reunião da Direcção da Zona Norte com os sócios da Delegação, com a finalidade de os informar sobre problemas da vida associativa.

16h00 — Projectação do filme de longa metragem: «O Filho do Padrinho», com Franco Franchi.

**IDEIA DA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO
NA DELEGAÇÃO DO PORTO GANHA CORPO**

Está a ser aceite com entusiasmo pelos sócios do Norte a ideia da criação de uma cooperativa de habitação na delegação do Porto.

Realizou-se já no passado dia 24 de Julho, uma reunião em que participaram cerca de 20 associados, tendo ficado combinado realizar nova reunião na segunda quinzena de Setembro.

Os sócios interessados neste assunto deverão contactar com a delegação do Porto, não só para se informarem sobre a data da reunião, como para obterem quaisquer outras eventuais informações.

ASSISTENTES SOCIAIS ESTAGIARAM NA ADFA

(Continuação de 3.º pág.)

exposto se pode concluir como este trabalho foi um contributo importante para a sensibilização de cerca de 30 futuros técnicos da assistência social, que poderão, pelo menos alguns, enveredar por este estilo de actividade.

O trabalho de assistentes sociais tem sido até ao momento ignorado, pela nossa Associação. Disso é reflexo a forma pouco cuidada e profunda de como o colóquio foi preparado pelos elementos da Direcção. Eles não tiveram a preocupação de analisar esta situação concreta, aproveitando a ocasião para elucidar os estudantes das imensas tarefas que poderão ter neste campo específico. Deveriam ter sido referidas e discutidas as conclusões do nosso Congresso a este respeito, nomeadamente o relativo ao tema n.º 3, ponto 6, que diz:

— «Tanto quanto sabemos, não existe ao nível da reabilitação de deficientes sensoriais a aplicação de um processo em que intervenham de uma forma contínua e interligada os diversos agentes.

NO ALGARVE**CAMPING VALVERDE
ESPECIALMENTE
PREPARADO
PARA DEFICIENTES**

O Parque de Turismo de Valverde, a 4 quilómetros de Lagos, junto à praia da Luz, foi especialmente preparado para deficientes, através de estruturas que lhes permitem (nomeadamente deficientes de cadeira de rodas) transportar-se por si só por toda a área delimitada do parque, desde a recepção até aos banheiros especiais.

Para além disso, os deficientes beneficiam de uma redução especial de 10 por cento sobre a diária e o aluguer do espaço da tenda.

tação de deficientes sensoriais a aplicação de um processo em que intervenham de uma forma contínua e interligada os diversos agentes.

Assim, o médico, o psicólogo, o professor, o terapeuta, o assistente-social, a família, etc., actuam, geralmente, de uma forma isolada e de «per si».

Por isso, torna-se necessário definir as funções e âmbito de cada um dos interve-

**CABINES TELEFÓNICAS ADAPTADAS
PARA DEFICIENTES EM LISBOA**

Foram recentemente instaladas na Zona de Lisboa algumas cabines telefónicas adaptadas para deficientes que se fazem transportar em cadeiras de rodas. Trata-se de uma iniciativa conjunta dos TLP e do Secretariado Nacional de Reabilitação.

Neste momento existem já na Zona de Lisboa e arredores 9 cabines telefónicas adaptadas, esperando-se que sejam instaladas outras em breve.

**PARA FÉRIAS
DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA
ENCERRADA EM AGOSTO**

A delegação da ADFA em Bragança encerra durante o mês de Agosto por motivo de férias.

Aproveita-se aqui para avisar os sócios emigrantes que se encontrem a passar férias durante o mês de Agosto e tenham urgência em tratar de qualquer assunto que devam procurar o trabalhador da delegação na sua residência (Bairro de Vale de Alvaro, Rua A-17 — Bragança), a partir do dia 25, pois serão directamente atendidos.

REUNIÃO DE ÓRGÃOS DA ZONA NORTE

Realizou-se no passado dia 24 de Julho uma reunião dos Órgãos da Zona Norte que contou com a presença de Responsáveis das Delegações do Porto, Famalicão e Bragança. Esta reunião teve como finalidade apreciar a actividade desenvolvida no 1.º semestre e analisar os projectos a desenvolver no 2.º semestre. Foi ainda feita uma abordagem à revisão estatutária.

**TORNEIO INTERNACIONAL DE BASQUETEBOL
NA ALEMANHA
CONTA COM A PRESENÇA DE PORTUGAL
ATRAVÉS DA ADFA**

Realiza-se, nos dias 24, 25 e 26 de Setembro, um torneio internacional de basquetebol em cadeiras de rodas, na cidade de Hamburgo — R. F. A. Participam as equipas da Alemanha, Suécia, Dinamarca, França e Portugal. Será a ADFA, recente vencedora do torneio organizado pela DGD, a representante de Portugal.

O RALIS cedeu as suas instalações desportivas, três vezes por semana, a fim de que a nossa equipa de basquetebol se possa treinar. Pelo facto agradecerem a esta unidade, nas pessoas do seu Comandante, Coronel Barroso e Major Simões, responsável pelo desporto, o contributo dado, desta forma, à prática do desporto para deficientes.

**MESA REDONDA NA LIGA DE CEGOS JOÃO DE DEUS
SOBRE A FEDERAÇÃO
DE DESPORTO PARA DEFICIENTES**

Realizou-se no passado dia 23 de Julho, na Liga de Cegos João de Deus, uma mesa redonda para discutir a possível formação de uma Federação de Desportos para Deficientes.

Deveriam intervir Pedro Antunes da APD e o Professor Roque da DGD.

Pedro Antunes, depois de se ter comprometido a participar acabou por, à última da hora, comunicar que não compareceria e informando que iria um elemento da Direcção da APD.

Este, por sua vez, telefonou à última da hora, comunicando não poder estar presente.

Consideramos esta posição da APD, no mínimo, de desrespeito para com quem, democraticamente, quer discutir as questões, avançar com propostas e resolver os problemas. No entanto, a APD parece não gostar muito deste estilo de trabalho, remetendo-se, como quase sempre, para reuniões de gabinete, pensando que os problemas dos deficientes se podem resolver sem a sua ampla e democrática participação.

Nesta mesa redonda, para além da DGD, estiveram presentes representantes da Liga de Cegos João de Deus e Associação Luis Braille.

Por absoluta falta de espaço não publicaremos neste número o que se discutiu. Fz-lo-emos no entanto, no próximo.

SOBRE AS INSTALAÇÕES DA DELEGAÇÃO DO PORTO**A ADFA SOLICITOU AUDIÊNCIAS
AOS MINISTROS DAS FINANÇAS
E ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

A ADFA tem vindo a diligenciar no sentido de resolver a situação das instalações que vêm sendo ocupadas pela delegação do Porto, procurando que lhe sejam afectadas, a fim de levar à prática um conjunto de projectos já estudados no domínio da reabilitação e integração socio-profissional dos deficientes.

Estes projectos, que para além dos deficientes das Forças Armadas, poderão vir a ter interesse para os deficientes em geral, são já do conhecimento da Secretaria de Estado do Emprego que manifestou o seu apoio.

Na sequência da audiência que o Secretário de Estado da Defesa Nacional concedeu à Direcção Central no passado dia 17 de Fevereiro, foi en-

nientes no processo reabilitacional.»

A ADFA colocou-se de fora deste trabalho, comportou-se não como elemento activo e interferente que deve ser, mas como elemento passivo que limita a comunicar a sua experiência de veterano de uma guerra e de uma luta. Em termos práticos, a colaboração da ADFA neste colóquio limitou-se a estar presente a ele da forma que foi referida.

O espírito acomodaticio que existe em muitos deficientes que têm reforma de D. F. A. reflecte-se a nível mais geral em muitos sócios, inclusive nos dirigentes. Enquanto uma série de organismos, como sejam as autarquias, fazem levantamento de deficientes, nós não conhecemos muitos dos problemas reais dos nossos sócios. Enquanto há organizações que oferecem estágios de vária ordem a técnicos, a ADFA não estabelece contactos nem convites a estes institutos, nem cria condições que possam motivar os estudantes a vir para cá.

Uma mudança muito grande terá de haver na nossa casa a este respeito, ou estaremos, não tardará muito, a carpir-nos de muitos problemas que poderíamos ter e têm resolução, desde que analisados, encaminhados e resolvidos numa forma correcta e organizada. Para que isto se faça, para além da legislação reivindicativa, é necessário lutarmos por outro estilo de apoio, nomeadamente no campo do artesanato e da agricultura. Mas, mesmo aproveitando o que já existe, se devidamente analisado e manipulado, poder-se-á desde já dar respostas a muitos dos problemas com que os deficientes se debatem actualmente, ou mesmo de outros de que ainda não se apercebiam completamente.

ARMINDO ROQUE

**ASSALTADAS INSTALAÇÕES
DA DELEGAÇÃO DA ADFA NO PORTO**

Depois de terem arrombado as portas e partido alguns vidros, estranhos introduziram-se nas instalações da Delegação do Porto provocando estragos e furtos avaliados em cerca de 80 mil escudos.

Este facto, que se lamenta, foi comunicado de imediato às polícias de segurança pública e judiciária.

OFENSIVA DA ADFA JUNTO DAS EMPRESAS E ORGANISMOS PÚBLICOS PARA COLOCAÇÃO DE DEFICIENTES

Como noticiámos no número anterior, o Departamento de Reabilitação e Apoio Social — Secção de Reabilitação Profissional — desencadeou uma frente de contactos junto dos empregadores públicos e privados com a finalidade de, por um lado, dinamizar e sensibilizar os empregadores sobre as reais possibilidades dos deficientes e, por outro, ajuizar em cada caso das possibilidades reais na obtenção de postos de trabalho para os nossos associados que dele carecem.

Das entrevistas solicitadas e tendo-se em conta que apenas foram contactadas as empresas e organismos públicos da Zona de Lisboa — cidade e arredores —, fomos até ao momento recebidos pelas empresas públicas Petrogal, RDP, Banco Pinto e Sotto Mayor, Central de Cervejas, Banco Totta e Açores, ANA, Companhia de Seguros Bonança, pelas Câmaras Municipais de Almada, Lisboa, Amadora e Cascais e pelas empresas privadas Pão de Açúcar e Companhia de Seguros Portugal Previdente.

Podemos afirmar que, no conjunto, o resultado destas entrevistas é positivo; se atendermos que, em todas, se conseguiu abertura suficiente para conjuntamente debatermos a questão do acesso dos deficientes ao emprego, tendo-nos sido garantido por todas as empresas e organismos públicos não existir qualquer discriminação em relação à admissão de deficientes nos seus quadros de pessoal.

Na entrevista com a Carris, comprometeu-se esta empresa a consultar a ADFA sempre que haja admissões de pessoal, possibilitando o envio de candidatos deficientes que reúnem as condições de perfil exigido, sendo, posteriormente, dada prioridade, em igualdade de circunstâncias, aos nossos associados, aliás direito já consignado pelo De-

creto-Lei n.º 43/76. Este tipo de informação com as associações de deficientes já vem sendo posto em prática pelas E. P. Petrogal e EPAL.

Nos contactos com as Empresas Públicas, Sociedade Central de Cervejas e Bonança, foi-nos dada a possibilidade de imediatamente enviarmos uma lista nominal e curriculum dos nossos associados que se encontram inscritos na Secção de Reabilitação Profissional e que se encontram aptos a desempenhar as funções dos vários postos de trabalho existentes naquelas empresas.

Nos contactos com a Câmara Municipal de Almada, Cascais, Amadora e Lisboa constatámos um elevado grau de sensibilização para a questão do emprego dos deficientes, tendo-nos sido garantido, nomeadamente pela Câmara de Cascais, que, em igualdade de circunstâncias, os deficientes têm prioridade no acesso aos quadros daquela entidade, comprometendo-se a informar a ADFA sempre que haja concursos ou admissões de pessoal.

Na Câmara Municipal de Almada não existe qualquer restrição à admissão de deficientes, tendo a Câmara, inclusivamente, já feito um levantamento dos meios de apoio e organismos de e para deficientes existentes no Concelho.

Em Lisboa, verificámos que a Câmara local tem já alguns deficientes ao seu serviço, tendo criado um gabinete na presidência da Câmara encarregado de equacionar vários problemas que afectam os deficientes. Também a nível da D. S. P. foi elaborada uma proposta a ser presente em reunião Camarária, a qual se enquadra perfeitamente no espírito da proposta legislativa sobre o acesso de deficientes ao sector privado e público empresarial.

A Câmara da Amadora, que admitiu durante o AID 10 de-

ficientes, está a fazer um levantamento, a nível concelhio, dos deficientes e da sua situação, demonstrando assim estar sensibilizada para a problemática dos deficientes.

De todos os contactos já levados a cabo e apenas aqui mencionados os mais relevantes, fica-nos a certeza de que, ao nível da sensibilização e informação as empresas, tanto públicas como privadas e os organismos públicos, têm consciência do direito que assiste aos deficientes em matéria de emprego e até na problemática mais geral da reintegração social. Isto, podemos afirmá-lo com toda a certeza, devido ao trabalho da ADFA e de outras organizações de deficientes que continuamente não têm abrandado a sua dinamização. E lá diz o povo: «água mole em pedra dura tanto dá até que fura».

Apesar de considerarmos que a questão dos deficientes começa a ser matéria mais ou menos conhecida, isso não basta, apesar de importante. Para repor os direitos dos deficientes na sua plenitude, é necessário vontade política — intervenção governamental, através da publicação de legislação que obrigue, defina e coordene, a todos os níveis, a integração social e profissional dos cidadãos portadores de deficiências permanentes.

Na presente questão que vimos tratando, para quando a publicação de legislação que contemple o acesso de deficientes aos sectores privado e público empresarial (quota obrigatória, estímulos ao emprego, reserva de lugares e apoios para adaptação do posto de trabalho e eliminação de barreiras arquitectónicas)?

Em todos os restantes países da Europa a questão do acesso dos deficientes ao emprego foi assumida pelos respectivos governos através da promulgação de legislação que

obriga as empresas tanto do sector público como privado à admissão de deficientes em percentagens variáveis de país para país, mas que revelam a responsabilidade desses países perante os seus cidadãos deficientes.

Não basta dizer-se que se reconhecem direitos, é necessário criar as condições para que esses direitos possam ser exercidos. Em Portugal, e pela parte que nos toca, as boas intenções mais ou menos piedosas continuam a ser somente boas intenções.

SOBRE A INTEGRAÇÃO PROFISSIONAL DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

A ADFA FOI RECEBIDA PELO RESPONSÁVEL DO SERVIÇO DE REABILITAÇÃO E EMPREGO DE DEFICIENTES DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

No prosseguimento dos contactos ao nível do Ministério do Trabalho, fomos recebidos em audiência, no passado dia 13 de Julho, pelo responsável interino do Serviço de Reabilitação e Emprego de Deficientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Dr. Bailote, que até 1-8-82, altura em que começou a funcionar o IEFP, desempenhava as funções de Presidente da Comissão de Reabilitação.

Esta entrevista foi solicitada pelo Departamento de Reabilitação e Apoio Social com o intuito de conseguir daqueles serviços públicos o apoio técnico e material em matéria de formação profissional e reintegração profissional dos associados carecidos de emprego ou de reabilitação com vista a

uma posterior colocação no mercado de trabalho.

Sobre o tratamento a dar aos associados que se encontram inscritos na Secção de Reabilitação Profissional e perante as nossas insuficiências técnicas no tratamento adequado de cada caso, foi-nos garantido que em fins de Setembro se deslocará à ADFA uma equipa técnica do IEFP que conjuntamente com os nossos serviços fará o levantamento dos processos dos associados que se encontram inscritos, numa primeira fase, apenas na zona de Lisboa.

Com base neste levantamento, serão canalizados para a formação ou orientação profissional os associados que não se encontrem de imediato aptos a ingressar no mercado normal de trabalho, sendo os restantes casos apoiados de imediato na colocação em postos de trabalho compatíveis.

Aproveitámos igualmente a oportunidade deste primeiro contacto com o IEFP para apresentar a questão das nossas oficinas de tipografia e electrónica, manifestando a intenção, e até de acordo com as deliberações do 2.º Congresso Nacional da ADFA, de

transformar as oficinas da ADFA em oficinas de trabalho protegido ou em centros de formação profissional, tendo em atenção, para o caso das oficinas de trabalho protegido, a matéria constante do projecto de Decreto-Lei sobre Trabalho Protegido que aguarda publicação e que tem o apoio da ADFA, que nele participou activamente no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação. Esta matéria, por mais complexa e implicando meios técnicos e materiais mais avultados, carece de autorização prévia do Secretário de Estado de Emprego, tendo para o efeito sido já apresentada por escrito esta nossa pretensão.

Quanto às oficinas de próteses e marcenaria da delegação da ADFA no Porto, e que mereceram já um estudo apurado daquela delegação e envio de dossier pormenorizado ao Centro de Coordenação do Norte do IEFP, estamos em crer que haverá da parte do agora Instituto de Emprego e Formação Profissional a melhor colaboração em apoios técnicos e materiais que levem à transformação qualitativa daquelas oficinas.

ATRAVÉS DOS SERVIÇOS SOCIAIS DAS FORÇAS ARMADAS

ABERTO CONCURSO PARA CASAS DE RENDA ECONÓMICA EM COIMBRA ATÉ 20 DE AGOSTO

Os Serviços Sociais das Forças Armadas acabam de abrir um concurso de atribuição de casas de renda económica para os seus beneficiários em Coimbra.

Os boletins de inscrição deverão ser entregues até ao próximo dia 20 de Agosto.

A delegação da ADFA em Coimbra dispõe dos impressos próprios a preencher pelos interessados, bem como todos os outros elementos e informações necessárias.

DEFICIENTES COM 60% OU MAIS DE INCAPACIDADE ESTÃO ISENTOS DO IMPOSTO DO GASÓLEO

Os deficientes com 60 por cento ou mais de incapacidade estão isentos, desde o passado dia 1 de Julho, do imposto de compensação sobre veículos a gasóleo desde que não tenham mais de 1750 cm³ de cilindrada.

Este novo direito dos deficientes foi consignado recentemente pelo Governo através do Decreto-Lei n.º 255-A/82, publicado no Diário da República de 30 de Junho.

Deste modo fica aprovada parte do previsto na lei do direito dos deficientes ao transporte que há meses se encontra na Assembleia da República para apreciação na especialidade, depois de ter sido aprovada na generalidade.

O Decreto-Lei n.º 255-A/82, que define este novo direito para os deficientes, procede à actualização do imposto de

compensação, passando agora para 42 000\$00 por ano. Define ainda este decreto, para além dos deficientes as entidades e organizações que beneficiam da isenção do imposto de compensação, entre as quais se situam as pessoas colectivas de utilidade pública. Desta forma, passa a ADFA, porque goza desse estatuto também a beneficiar desta isenção.

Regista-se com satisfação a aprovação deste direito para os deficientes, já que vem ao encontro de um anseio, sobretudo daqueles que têm mais dificuldade de locomoção e para quem a viatura, no dia a dia, constitui uma autêntica prótese.

Torna-se agora necessário que sejam aprovadas as medidas previstas na lei sobre o direito ao transporte, nomeadamente a redução do preço

da gasolina. Esta medida é de muito maior alcance do que a isenção do imposto de gasóleo, já que a quase totalidade dos carros dos deficientes, como é sabido, são a gasolina.

Além disso, segundo as limitações que estão a ser impostas pela Direcção-Geral das Alfândegas (embora ilegais), de que tratamos mais desenvolvidamente noutra lccal deste número, corre-se o risco de este benefício ser praticamente nulo. Efectivamente, dentro dos limites de preço (750 mil escudos de venda ao público) estabelecidos para a aquisição de veículo utilitário, não existem no mercado viaturas a gasóleo. Seria, assim, um direito concedido teoricamente e de que não se poderia usufruir na prática. Esperamos, no entanto, que, através das diligências que a ADFA

está a efectuar, essa situação caricata venha a ser brevemente ultrapassada.

Transcrevemos a seguir a passagem que neste diploma mais expressivamente diz respeito à isenção do imposto de compensação para os deficientes (n.º 3 e 4 do art.º 1.º).

«A isenção prevista na alínea g) do n.º 1 deste artigo não pode ser fruída por cada beneficiário em relação a mais de um veículo, e dela só aproveitarão os veículos de cilindrada não superior a 1750 cm³ e cuja propriedade esteja registada unicamente a favor do beneficiário.»

«O grau de invalidez deverá ser provado mediante a exibição do cartão de deficiente das Forças Armadas ou em face de documento emitido por entidade competente para o efeito.»

